

UFRRJ

INSTITUTO DE AGRONOMIA

INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DISSERTAÇÃO

**REFLEXÕES SOBRE ESPAÇO E SALA DE AULA,
GEOGRAFIA E GESTÃO. HÁ PARALELOS E
CONEXÕES?**

ADRIANO MAGALHÃES DE SOUZA

Abril de 2021



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



REFLEXÕES SOBRE ESPAÇO E SALA DE AULA, GEOGRAFIA E GESTÃO. HÁ PARALELOS E CONEXÕES?

ADRIANO MAGALHÃES DE SOUZA

Sob a Orientação da Professora

Miriam de Oliveira Santos

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia, no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRRJ, Área de Concentração Espaço, Questões Ambientais e Formação em Geografia.

Nova Iguaçu, RJ
Abril de 2021

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)

S719 Souza, Adriano Magalhães de, 1984-
r REFLEXÕES SOBRE ESPAÇO E SALA DE AULA, GEOGRAFIA E
GESTÃO. HÁ PARALELOS E CONEXÕES? / Adriano Magalhães
de Souza. - Seropédica, 2021.
59 f.: il.

Orientadora: Miriam de Oliveira Santos.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, PPGGEO, 2021.

1. Sala de aula. 2. Escola Pública. 3. Ensino de
geografia. I. de Oliveira Santos, Miriam , 1964-
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. PPGGEO III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



**HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO Nº 42 / 2021 - PPGGEO
(12.28.01.00.00.35)**

Nº do Protocolo: 23083.029829/2021-50

Seropédica-RJ, 04 de maio de 2021.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ADRIANO MAGALHÃES DE SOUZA**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Geografia**, no Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração em Espaço, Questões Ambientais e Formação em Geografia.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 30/04/2021

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG-UFRRJ, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e, neste caso, a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da dissertação.

Miriam de Oliveira Santos (Dr.) UFRRJ

(Orientadora, presidente da banca)

Luciano Ximenes Aragão. (Dr.) UERJ

(membro da banca)

Clézio dos Santos (Dr.) UFRRJ

(membro da banca)

(Assinado digitalmente em 04/05/2021 13:54)

CLEZIO DOS SANTOS
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptES (12.28.01.00.00.86)
Matrícula: 1958337

(Assinado digitalmente em 04/05/2021 11:25)

MIRIAM DE OLIVEIRA SANTOS
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptES (12.28.01.00.00.86)
Matrícula: 1177632

(Assinado digitalmente em 04/05/2021 13:58)

LUCIANO XIMENES ARAGAO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 011.036.157-18

Para verificar a autenticidade deste documento entre em
<https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **42**, ano:
2021, tipo: **HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**, data de emissão:
04/05/2021 e o código de verificação: **4a1460abe5**

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho aos meus avós que trilharam um árduo caminho para que outras gerações pudessem colher.

Aos amigos que partiram precocemente, principalmente aqueles que se foram no período da elaboração desse estudo pela COVID-19.

AGRADECIMENTOS

Aos meus familiares, em especial minha irmã e mãe que garantiram meus livros, passagens, alimentação e demais custos para que a Pós- graduação se tornasse realidade.

Ao meu Pai, tios, primos e amigos pelo apoio.

A minha Orientadora Miriam Oliveira Santos, sem ela não existiria motivos para esse agradecimento, mais do que mentora acadêmica um ser humano com sensibilidade para enxergar além de artigos e dissertações.

Ao PPGGEO e principalmente a sua secretaria, na figura da Ellen Bragança sempre disponível e disposta ajudar.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

Resumo

SOUZA, Adriano. M. **Reflexões sobre Espaço e Sala de Aula, Geografia e Gestão. Há paralelos e conexões?** 2021. 59 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto Multidisciplinar, Departamento de Geografia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu – RJ. 2021

Com intenção de compreender como se organiza o espaço da sala de aula a partir da posição de alunos e professores dentro desse espaço, a pesquisa vai refletir se existe conexões e paralelos entre Geografia e Gestão? Espaço e Sala de Aula? Para buscar essa resposta o presente trabalho se debruça sobre três temas: A investigação das lógicas que representam o direito e a mercantilização na disputa pela gestão escolar da escola pública; A sala de aula como espaço educativo e de poder, na qual a relação com o espaço, sua organização e o ensino e aprendizagem estão em foco; e por último o ensino de geografia, o conhecimento geográfico em sala de aula, na qual é feita uma conversa entre as dissertações, Ensinar geografia: o desafio da totalidade-mundo nas séries iniciais e; A construção do conhecimento geográfico em sala de aula.

Palavras-chave: Sala de aula, Escola Pública, Ensino de geografia.

Abstract

SOUZA, Adriano. M. Reflections on Space and Classroom, Geography and Management. Are there parallels and connections? 2021. 59 f. Dissertation (Masters in Geography). Multidisciplinary Institute, Department of Geography, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Nova Iguaçu – RJ. 2021

With the intention of understanding how the classroom space is organized from the position of students and teachers within this space, will the research reflect if there are connections and parallels between Geography and Management? Space and Classroom? In order to seek this answer, the present work focuses on three themes: The investigation of the logics that represent the law and commercialization in the dispute for the school management of public schools; The classroom as an educational and power space, in which the relationship with the space, its organization and teaching and learning are in focus; and finally, the teaching of geography, geographic knowledge in the classroom, in which a conversation is held between the dissertations, Teaching geography: the challenge of the world-total in the early grades and The construction of geographic knowledge in the classroom.

Keywords: Classroom, Public School, Teaching geography.

LISTA DE ABREVIACOES

AGB - Associação dos Geógrafos Brasileiros
BBC - British Broadcasting Corporation
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNCC – Base Nacional Curricular Comum
CEPAL - Comissão Econmica para a América Latina e o Caribe
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Pecim- Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares
PCN- Parâmetros curriculares nacionais
PIBID - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação  Docência
PNE – Plano Nacional de Educação
PT – Partido dos Trabalhadores
PSL - Partido Social Liberal
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econmico
ONU- Organização das Nações Unidas
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFG- Universidade Federal de Goiás
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USP – Universidade de São Paulo
ZDP – Zona de Desenvolvimento Proximal

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Quadro A	41
Tabela 2 Quadro B.....	42

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1:** Sala de aula, Do Desenho ao Mapa, Rosângela Doin de Almeida (2019) ...35
- Figura 2:** Sala de aula com alunos e professor, Contreras (1895) 36
- Figura 3:** Sala de aula do século XIX – Aluno respondendo em sala de aula (1887) ...39
- Figura 4:** Nuvem de palavras com as palavras chaves dos trabalhos encontrados no banco de teses da capes na área de Geografia 43
- Figura 5:** Figura 5 -Nuvem de palavras com as palavras chaves dos trabalhos encontrados no banco de teses da CAPES na área de educação..... 44
- Figura 6** – Primeira atividade: Minha certidão de nascimento, Ensinar Geografia, Rafael Straforini (2008) 51
- Figura 7** – Sexta atividade: História do bairro em quadrinhos, Ensinar Geografia, Rafael Straforini (2008) 52
- Figura 8** – Sétima atividade: Livrinho do bairro, Ensinar Geografia, Rafael Straforini (2008) 54
- Figura 9** – Primeira etapa: Desenho individual, A construção do conhecimento geográfico em sala de aula, Eduardo José Maia, (2008) 57
- Figura 10** – Primeira etapa: Frequência dos desenhos individuais, A construção do conhecimento geográfico em sala de aula, Eduardo José Maia, (2008) 57
- Figura 11-** Primeira etapa: Desenho e frequência em dupla, A construção do conhecimento geográfico em sala de aula, Eduardo José Maia(2008) 58
- Figura 12** - Terceira etapa: Desenho em grupo após intervenção docente, A construção do conhecimento geográfico em sala de aula, Eduardo José Maia, (2008) 59

Figura 13 – Terceira etapa: Frequência das atividades em grupo, A construção do conhecimento geográfico em sala de aula, Eduardo José Maia, (2008)
60

Sumário

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I UMA QUESTÃO DE LÓGICA: ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR OU GESTÃO ESCOLAR?	10
Capítulo II A Sala de Aula como espaço educativo e de poder	18
2.1 - A sala de aula.....	18
2.2 – Analisando o banco de teses da CAPES	24
Capítulo III Ensinar Geografia: conhecimento geográfico em sala de aula	28
3.1 - Teoria e Prática.....	29
3.2 - Efetividade e Utopia	37
3.3 - Pragmatismo e Amor	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	44

INTRODUÇÃO

Leonardo, Funfas, Cafunfa ou também Funfisco, 39 anos, comerciante de coisas legais e outras nem tanto, possuía um hortifruti e relações estreitas com policiais da zona oeste do Rio de Janeiro, infelizmente o pequeno comércio em Jacarepaguá não conseguiu prosperar com a crise econômica e sanitária. Assim como outras relações na sua vida, 2021, foi um ano de término, no dia 18 de janeiro pegou a arma da sua irmã policial civil do estado do Rio de Janeiro e dentro do banheiro da casa dos seus pais desferiu um tiro contra seu queixo, a família o socorreu, mas a sua vontade prevaleceu e assim partiu.

Dra. Marcia Tourinho com aproximadamente uns 60 anos, advogada com mais de 30 anos de serviços prestados na profissão e para profissão, mãe de dois filhos, divorciada, progressista e superprotetora dos que gozavam da sua amizade. Foi internada entre o dia 20 e 23 de novembro de 2020, por infecção pulmonar, Covid. Ficou inconsciente por quase dois meses, ... mas no 11 de janeiro de 2021..., preferiu se recolher estrategicamente e lutar batalhas em outros planos.

Seu Galvão ou Ceará, com 59 anos, realizava o sonho de trabalhar para si, mantinha um barzinho germinado a sua casa, por isso as 21 horas, as vezes as 22 horas no máximo fechava o bar, dizia que não gostava da barulheira dos bêbados que poderiam incomodar sua esposa e sogra enquanto elas assistiam a novela, só vendia bebida, pois fazer comida dava muito trabalho, afinal, depois de trabalhar como cozinheiro por mais de 25 anos dizia que já não tinha mais saco para cozinha. No dia 16 de janeiro, um sábado pela manhã foi na farmácia comprar remédios para ele e sua esposa, ao chegar na farmácia teve um mal súbito e de lá não saiu.

A introdução dessa dissertação mudou muitas vezes, se acaso parecer que o autor esteja perdido, talvez seja o caso. O trabalho previsto inicialmente abordaria a escalada da violência escolar de forma secundária, o assunto principal seria a busca por soluções metodológicas se utilizando do espaço da sala de aula para fazer frente a essa violência, porém o agravamento da situação se espalhou por quase todas as esferas da sociedade e infelizmente outras formas de ataque passaram a ser normalizadas nesse período no qual está sendo realizada essa dissertação, originalmente seriam expostas duas situações de violência extrema em sala de aula e outra do intervalo do pleito presidencial de 2018, no entanto esses casos passaram a ser insuficientes para dar conta do que está sendo esse ciclo que se inicia formalmente em 2016 e se estende até hoje, primeiro semestre de 2021.

Cafunfa, Dra. Marcia e seu Galvão possuem três coisas em comum, a primeira, participaram da minha vida: Funfas, amigo de infância que me deu um livro de redação para me ajudar no ingresso da minha sonhada faculdade pública; Doutora me deu o primeiro emprego quando tinha 19 anos e voltou a estar muito presente na minha vida desde agosto do ano passado, me representando numa ação na qual fraudaram meu nome para receber o auxílio emergencial do Covid-19, que eu nunca solicitei, fica o registro, o processo ainda continua em andamento por sinal; Seu Galvão foi a primeira pessoa que conheci na minha nova cidade de residência e trabalho, me acolheu e me contava tudo sobre a cidade e as pessoas dela, contava com a sua empatia, por que assim como ele vim de outro município se estabelecer em Silva Jardim, município que fica nas baixadas litorâneas do Estado do Rio de Janeiro e a 115 km da capital do Estado.

A segunda, ambos sofreram direta ou indiretamente pelo covid-19 e o descaso do governo: Leonardo viu 1,2 trilhões de reais serem injetados nos bancos¹, em Março de 2020, mas nenhum centavo chegou para ajudar seu pequeno comércio nessa crise provocada pelo vírus; Doutora foi o caso direto e o mais recorrente, pessoa com comorbidades, exposta a falta de um plano eficiente do governo federal e o Seu Galvão

pode entrar nessa duas posições, primeiro pela dificuldade em adquirir seus remédios que o governo federal diminuiu a oferta na farmácia popular² e depois por suspeita de ser um possível caso de subnotificação da Covid.

E por fim, os três morreram em janeiro de 2021, essa não é a contextualização que gostaria, porém, foi a solução encontrada para se despedir, homenagear e seguir em frente. Apesar da dificuldade em restabelecer uma concentração para continuar a dissertação esse não foi o único empecilho, no final de 2019, fui aprovado no concurso da rede Municipal de Silva Jardim para lecionar nos anos finais do ensino fundamental, vislumbrei a possibilidade de usar as experiências em sala de aula para elaborar algumas atividades que pudessem compor a dissertação confirmando ou negando empiricamente algumas questões propostas, porém o que deveria dar estofamento científico acabou se tornando um entrave devido a suspensão das aulas presenciais, a minha compreensiva orientadora Dra. Miriam de Oliveira Santos concordou em aguardar o retorno das aulas para que pudesse dar prosseguimento a dissertação que teria o título “A Geograficidade da sala de aula. Localização, organização e dinâmica dos anos finais do ensino fundamental da Escola Municipal Omar Faria Alfradique de Silva Jardim -RJ.”, contudo, sem possibilidade das aulas presenciais, toda dissertação ficou comprometida, o primeiro capítulo e a introdução foram repartidos, algumas coisas foram aproveitadas como no segundo parágrafo seguinte, e outras descartadas, o segundo capítulo passou por muitas mudanças, a metodologia que seria aplicada presencialmente necessitou ser analisada e refeita, já o terceiro, o quarto e as considerações finais que estavam ligados diretamente as vivências presenciais precisou ser feito do zero e com alterações nos títulos dos capítulos.

Ao longo da construção dessa dissertação ela adquiriu novas motivações, contornos e predicados, desde o primeiro momento ela foi idealizada como uma reunião de informações, métodos, técnicas para que ao longo da minha carreira docente, que acabou de iniciar, eu pudesse acessar, consultar e comparar com as questões que irão surgir no chão da escola, porém os acontecimentos narrados na primeira parte somados aos exemplos que estarão mais adiante nessa introdução serviram para ressignificar essa idealização, modificando substantivamente esse material, por pelo menos duas vezes.

Contudo, essas ressignificações não excluem os sentidos anteriores, elas agregam outros, na primeira ressignificação, influenciado por Barbosa (2013), a vontade era retratar um momento-lugar carregado de simbolismos observando a transição, transposição de limites de chegadas e partidas, de encontros e despedidas de grupos que geralmente não têm a possibilidade de ficarem registrados na história pela sua própria ótica, já na última colocação pulsa a vontade de re-existência impulsionada pela luta de toda uma vida que Porto Gonçalves (2015) construiu e constrói, a divulgação dos saberes tradicionais dos povos da floresta são inspiração e complementam a tríade de sentidos que compõe essa dissertação: Formação, resistência, (re)-existência.

Bem antes de Jorge Luiz Barbosa e Carlos Walter Porto Gonçalves houve quem abrisse caminho para estarmos aqui, após os anos 60 do século passado as pesquisas sobre ensino e aprendizagem de geografia ganham maior vulto em território nacional, até a década de 30 o enfoque era sobre a metodologia do ensino de geografia, com destaque para Delgado de Carvalho professor e diretor do Colégio Pedro II, junto com o Colégio o IBGE emitia as escolhas de conteúdo que deveriam constar no programa de ensino brasileiro. Só após a formação dos primeiros licenciados nas faculdades do Rio de Janeiro e São Paulo isso começou a mudar, a geografia brasileira tinha forte influência europeia, com maior preponderância da influência francesa.

A criação da AGB, pelo geógrafo francês Pierre Deffontaines em 1934, simultaneamente a criação da cadeira de geografia na USP, pelo mesmo, ajuda a entender a influência francesa nos primórdios da geografia no Brasil, Aroldo de Azevedo é um dos

primeiros expoentes no pensar a geografia fora dos conteúdos didáticos, uma geografia que pensasse o país ainda que nos moldes a semelhança do que era feito nos principais centros acima da linha do Equador, Aroldo de Azevedo busca a superação da geografia enumerativa que tinha se atinha a nomear lugares e quantidades demográficas, por uma geografia reflexiva na qual interpretava fatos a partir de pesquisas elaboradas com base científica.

Na década de 1940 e 1950 o IBGE teve papel fundamental na distribuição estudos de caráter geográfico, distribuiu por 36 anos o boletim geográfico, que funcionou de 1943 até 1978, nesse boletim continha algumas seções dedicadas ao ensino regular. A geografia tradicional que era hegemônica no país até meados da década de 1950, passa a receber questionamentos em diversas partes do mundo inclusive aqui, e uma nova mudança na geografia começa acontecer. Na década de 1960 o monopólio das pesquisas do espaço geográfico era do exército, mas a partir dos anos de 1970, reflexões teórico-metodológicas ganham força no país, a geografia teórica passa a ser a principal corrente desse período, no entanto na segunda metade da década, *La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre* ou *A geografia serve em primeiro lugar para fazer a guerra*, de Yves Lacoste chega ao Brasil em 1976 desencadeando discussões para reflexão de uma geografia mais crítica.

Os anos 80 e 90, profundas mudanças de conteúdos e abordagem passam acontecer devido aos embates teóricos de diferentes correntes do pensamento geográfico, na qual a geografia crítica tem um protagonismo como corrente que influencia as tentativas de renovação da geografia escolar, mudanças das propostas curriculares.

Todas essas mudanças na construção do saber geográfico implicam diretamente na formação do docente de Geografia, só o saber da disciplina não é suficiente para lecionar, é necessário a junção de outros saberes da área psicológica, da didática dos fundamentos da educação e da história do saber geográfico, ainda assim não teremos um docente acabado, são necessidades que aumentam a capacidade de entendimento para reconhecer e contornar as demandas do cotidiano. Independente da cadeira, Rui Canário entende esse professor como um artesão que reinventa práticas e lida com a escola num período com que a sociedade questiona a legitimidade da escola para formar pessoas que deem conta das mudanças em curso.

As relações sociais tensionadas principalmente nessa pandemia não são os únicos motivos para o início da pesquisa; soma-se o meu cotidiano em sala de aula e o espaço que ocupo ao longo da trajetória escolar como estudante que possui reprovações no ensino médio e em algumas disciplinas do ensino superior, que chega atrasado nas aulas e senta no fundo da sala, que trabalhou 44 horas semanais simultaneamente aos estudos desde o ensino médio e sempre foi periférico em relação aos aparelhos culturais, estruturais e de mobilidade da cidade do Rio de Janeiro, além de tudo isso há uma curiosidade lapidada na graduação ao longo da minha licenciatura em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF) defendida em janeiro de 2018 e mais especificamente no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID - 2015-2017), os quais me possibilitaram a busca pelo melhor entendimento do local de trabalho que escolhi, que agregada a uma preocupação social me fizeram levantar as seguintes questões: o formato da sala é o ideal? Todos os alunos dentro da sala de aula estão em condições iguais de participação na aula? A dinâmica mais frequente de organização e disposição dos sujeitos dentro da sala de aula é inclusiva? Estas indagações só foram possíveis devido ao encontro do ensino de geografia e o desenvolvimento dos conceitos, teorias e práticas pelo estudo da educação na pedagogia, gerando assim, uma segunda rodada de questionamentos pertinentes e complementares, e com muito mais lastro de pesquisa sobre como a gestão da sala de aula invoca a discussão sobre a autoridade do professor,

o que leva outros questionamentos mais instigantes: Como conciliar a democracia e autoridade? Como responder os anseios dos profissionais da educação sem cair na armadilha do autoritarismo?

Esses questionamentos levantados no parágrafo anterior seriam o eixo principal da pesquisa que seria desenvolvida e verificada em sala de aula, mas em decorrência da sua complexidade e abrangência, mais a impossibilidade de estar na escola fizeram com que o assunto não pudesse ser levado adiante. Dois são os motivos do parágrafo anterior ter permanecido, o primeiro é mostrar que tinha um caminho escolhido anteriormente que precisou ser abortado e segundo que possa servir de inspiração para que algum dia a pesquisa possa ser retornada por mim ou por outra pessoa. O trabalho que passou a ser elaborado visa construir pressupostos teóricos que favoreçam um rearranjo da metodologia aplicada hoje nos espaços escolares.

A dissertação apresenta como metodologia básica a pesquisa bibliográfica e documental, infelizmente descartando a observação participante in loco desse pesquisador em sala de aula. O método investigativo será através da pesquisa dos temas que dialoguem com as questões paralelas entre a escola e a sociedade: As relações de uma agenda neoliberal imposta por uma elite conservadora e reacionária; referências pedagógico-didáticas de uma geografia escolar; Didáticas contra hegemônicas que indiquem a existências de dois grupos envolvidos na educação: aqueles que priorizam a manutenção da sociedade, conservando a ordem posta, e o segundo, os inconformados que buscam uma transformação da sociedade, confrontando a ordem vigente; Adaptação da diversidade dentro da sala de aula, Técnicas do espaço tempo; A experiência como antítese da informação; A função social do ensino; A educação para complexidade, que permite correlacionar: o cotidiano, o científico e o escolar, propiciando o entendimento dos três separados e a soma da ação conjunta entre eles; Como o professor compreende o ensino e aprendizagem; A tomada de consciência da identidade e diferença; A perspectiva cultural da relação com o espaço.

Na base bibliográfica do estudo estão autores como: Saviani(2008), Hall(2004), Tomaz Tadeu da Silva(1994), Cavalcanti(2013), Milton Santos(2002), Zabala(1998), Arendt(1993), Luchese (2015), Soares (2015), Arriada(2012), Nogueira(2012), Vahl(2012), Apple (1997), Reclus(2008) , Paulo Freire (1996), Libâneo(2018), Almeida(2001), Foucault(1994).

Na tentativa de identificar o questionamento que move esse trabalho, passamos da parte literária para, a seguir, entrarmos no cotidiano em busca de conexões que supere os muros da escola, estando presente dentro e fora dela, as duas afirmativas em destaque abaixo não pertencem a um futuro próximo ou passado distante, as notícias reais são do ano de 2019, período conturbado da política e da oscilante democracia brasileira, devido ao clima de incertezas e retrocessos que podem ser percebidos no país.

Professor de geografia é esfaqueado, na zona leste de São Paulo, em sala de aula por aluno de 14 anos que depois se esfaqueia, antes do ocorrido aluno mandou mensagem de despedida para mãe¹.

O professor de Geografia, Luiz Marcos Notario, golpeado por uma faca no abdômen, no dia 19 de setembro de 2019, no dia 24, do mesmo ainda se encontrava na UTI e afirmou que não irá voltar as salas de aula, o docente com 30 anos de magistério já havia solicitado pedido de aposentadoria, investigações preliminares não indicam nenhum comportamento prévio que justificasse a agressão do aluno para com o professor.

1 Jornal O Globo 19/09/2019 e

Nesse caso específico há relatos de colegas e funcionários da escola que momentos antes do ocorrido o aluno pedia para que as pessoas o machucassem com a faca. Outro caso marcante desse ano foi o massacre de Suzano no qual dois atiradores, um deles ex-aluno, invadiram a escola Raul Brasil e mataram oito pessoas e depois cometem suicídio. São vários os casos de violência relatados dentro do ambiente escolar ao longo do ano de 2019, esses casos foram escolhidos no meio de tantos outros pela empatia com a formação docente do primeiro caso e pela repercussão nacional do segundo. Pensar estratégias para acabar com essas violências fazem parte desse contexto.

Governo federal propõe modelo cívico-militar para adesão voluntária nas escolas, no entanto o presidente da república em exercício responde ao governador do distrito federal que o informa sobre a recusa das escolas em aceitar esse modelo:” - me desculpa não tem que aceitar nada, tem que impor²”

A declaração do presidente eleito (PSL) no pleito eleitoral de 2018 foi dada para o governador do DF Ibaneis Rocha contrariando o requisito básico da adesão ao programa, foi dada no dia da assinatura do decreto 10.004, de 05 de setembro de 2019, que institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militar - Pecim, no capítulo 1, nas disposições gerais no Art.1 a finalidade do programa de promover a melhoria na qualidade da educação básica do ensino fundamental e médio. Está escrita de forma simples e direta, porém o que não está bem explicado é como será implementado todo o programa, há pontos cegos ou mal explicados que precisam ser revisados, ainda no artigo 1 no inciso VI fala sobre a gestão de processos didático-pedagógicos - promoção de atividades de apoio ao processo de ensino-aprendizagem, respeitadas a autonomia das Secretarias de Educação dos entes federativos e as atribuições conferidas exclusivamente aos docentes, além de não ter transparência em como será escolhido esses profissionais da reserva militar, até o momento não um perfil traçado para a escolha desses profissionais e muito menos como será a promoção dessas atividades de apoio no processo de ensino aprendizagem.

A violência escolar é um fenômeno que vêm sendo noticiado pela mídia de diversas formas: Uma pesquisa da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) noticiada pela Deutsch Welle em abril de 2019, mostra que 12,5% dos professores no nosso país já sofreram ameaças ao menos uma vez por semana, realidade bem diferente da média dos outros 34 países analisados, que é de 3,4%.

É importante salientar que após as eleições de 2014, o programa "Escola sem Partido" criado por um grupo de pais e educadores conservadores, que acusam os professores de doutrinação ideológica passa a ter mais visibilidade no cenário nacional. Criado em 2003, a sua popularidade aumenta principalmente na figura de políticos que costumam ter posturas antidemocráticas e não possuem nenhuma ligação direta com o campo da educação. Um dos principais pontos do programa é o incentivo para que estudante e pais denunciem professores que possam estar “doutrinando” seus alunos. O clima de embate aluno x professor foi bastante estimulado e explorado nas campanhas eleitorais de 2018.

Potencializados a partir do período pós eleições de 2014, o acirramento paulatino e crescente que pode ser exemplificado com a morte do Mestre Moa na disputa presidencial de 2018, um senhor negro de 63 anos, assassinado banalmente por ter uma visão política diferente do seu algoz³. A breve contextualização indica o constante estado

2 O Estado de São Paulo 05/09/2019

3 Trechos da Reportagem da BBC Brasil dão a medida da temperatura política do país nas eleições de 2018. “Dois homens, uma divergência política, 12 facadas. Parece uma sequência sem lógica – e é –,

de tensão de docentes e profissionais da educação. Tal problemática envolve além da comunidade escolar, (formada por pais, conselhos, grêmios e outros personagens), toda a sociedade brasileira, porém a pesquisa se concentra em três ferramentas utilizadas no trato do desenvolvimento das aulas: interação entre professores e alunos, gestão da sala de aula e seu antecessor administração escolar, soma-se ainda, o menos prestigiado “manejo de classe” (também conhecido por domínio de turma) serão utilizados como suporte na construção da análise desse trabalho.

Para iniciarmos essas reflexões é preciso compreender e aprofundar o significado da palavra gestão e sua diferenciação política da palavra administração, o que é determinante para seu uso no ambiente escolar. Em poucas palavras, gestão significa participação de todos os envolvidos na comunidade escolar e condiz com o que se espera de um ambiente educacional popular, logo, pensar a gestão de sala de aula é trabalhar a evolução do Manejo de Classe.

O Manejo de Classe, ou domínio de turma, era uma expressão utilizada no final da década de 1960, e que perdurou na década seguinte e passando por duas correntes pedagógicas: a escolanovista e a tecnicista. Luiz Alves de Mattos (1973), nome influente da didática desse interim define manejo de classe como:

Supervisão e controle exercido do professor sobre o aluno com a intenção de criar um ambiente propício para atenção e trabalho mental, a fim de inculcar e desenvolver disciplina, ordem, trabalho e senso de responsabilidade. No tecnicismo, a expressão ganhou maior ênfase devido aos seus objetivos perseguidos, o controle da aprendizagem imbricadas ao controle da disciplina.

Identifica-se três tipos de manejo:

- 1) O corretivo, sócio da pedagogia tradicional, descartado como anacrônico, punitivista, e a posteriori.
- 2) O preventivo, a priori, insuficiente pois necessita de vigilância permanente para evitar que as infrações ocorram.

mas foi ela que acabou com a vida do mestre de capoeira, compositor e dançarino baiano Romualdo Rosário da Costa, conhecido como Moa do Katendê, de 63 anos. Na versão do irmão da vítima, o alfaiate Reginaldo Rosário da Costa, de 68 anos, às 22h15 do domingo, primeiro turno das eleições no Brasil, após a definição de que Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT) se enfrentariam no segundo turno, ele e Mestre Moa chegaram ao Bar do João, reduto que frequentavam há muitos anos, localizado bem de frente para o Dique do Tororó, ponto turístico na região central de Salvador. Ali, a cerca de 500 metros de onde a família morou a vida inteira, começam a tomar cerveja e conversar sobre os resultados do pleito eleitoral, conta. Ambos haviam votado no candidato do PT. Às 22h25, Germínio do Amor Divino Pereira, de 51 anos, primo da dupla, passa na porta do bar, vê Moa e Reginaldo e se junta a eles, de acordo com Reginaldo. Passados mais 10 minutos, segundo a mesma versão, quem entra no bar é o barbeiro Paulo Sérgio Ferreira de Santana, de 36 anos, que ainda não sabe, mas dali a pouco tempo vai matar o Mestre Moa do Katendê. Abatido e sem força na voz, o alfaiate Reginaldo disse à BBC News Brasil que, de repente, Paulo Sérgio se intrometeu na conversa da família, dizendo que o país precisava de mudança e quem tinha que ganhar a eleição era Bolsonaro. "Eu respondi a ele: 'rapaz, você é novo, ainda não sabe nada da vida'. Ele aí já veio com grosseria e Moa se meteu, também dizendo que ele não sabia pelo que já passamos. Disse assim: 'você não sabe o quanto sofri pra ter liberdade'. Eles ficaram discutindo e até João (dono do bar) falou pro cara: 'rapaz, olhe com quem você tá discutindo, com um senhor'. Aí ele se afastou, pagou a conta e foi embora, relata Reginaldo. O irmão da vítima afirma que, cinco minutos após deixar o bar, Paulo Sérgio surgiu repentinamente, atacando seu irmão por trás a facadas. "Eu só vi o vulto. Ele veio do nada e passou junto de mim já dando facada. Germínio tentou defender, mas não adiantou. Como é que o cara dá 12 facadas assim em meu irmão? Chegou na covardia. Foi uma discussão de política e pronto. Se fosse coisa séria, a gente ia ficar lá sentado bebendo?", indaga Reginaldo, como quem questiona a si mesmo."

- 3) O educativo, determinado como controle efetivo, visto como liderança democrática do professor, pelo respeito mútuo e sua persuasão para com os alunos.

A autoridade do professor é conquistada por sua capacidade, dedicação, evolução e liderança no dia a dia na relação com os alunos. Para Mattos (1973), a conduta do professor é determinante para o sucesso dos trabalhos em sala de aula.

Para a Escola Nova existe a possibilidade de um outro controle que não o autoritário, do policiamento e repressão dos alunos, instiga uma versão oposta, o do controle democrático, na qual alunos e professores pertencem ao mesmo grupo de trabalho e caminham juntos para o mesmo alvo. “É o manejo educativo por excelência” na visão estabelecida por Ana Lúcia do Amaral (2019), autora do capítulo “Gestão da sala de aula: o “manejo de classe” com nova roupagem?” Texto encontrado no livro Gestão Educacional: Novos olhares, Novas abordagens que influenciará as próximas linhas dessa pesquisa.

A ideia de práticas democráticas vem a reboque junto com a escola democrática pensada pelos escolanovistas: Dewey(1959) e Piaget(1958), que por serem defensores da democracia, não acreditavam que os alunos poderiam compreender a democracia sem vivenciá-las, ao passo que os alunos forjados no autoritarismo e punitivismo jamais compreenderiam o significado de democracia. O mote principal da Escola Nova é a autonomia, só podendo ser alcançada de forma gradativa e progressiva. Na visão de Dewey (1959), o professor é um mediador baseado no interesse e esforço e guiado pelo jargão do aprender fazendo seja a atividade física, construtiva, social ou intelectual, que ao descobrir as necessidades e a vontade motriz do estudante não será preciso se preocupar com o interesse nas aulas, pois surgirá naturalmente. Um outro pressuposto da escola democrática é o destaque do coletivo, promovidos nos trabalhos em grupo e outras atividades estudantis engendradas por mais de três alunos estimulados na valorização da aprendizagem democrática.

Nesse devir de alternância entre a Escola Nova e o tecnicismo entre os anos 1970 e 1980, a educação passou a ser influenciada pelo poder econômico atrelado ao regime ditatorial nacional, gerando tensões e perseguições na educação pensada para cidadania. A Escola Nova ganha a fama de elitista e cara, por isso só atenderia a classe média e alta devidos seus pressupostos estruturais. Escola democrática e de qualidade para todos, pautada na autonomia, liberdade intelectual, criatividade e direito a cidadania, não causa surpresa a falta de incentivo e o interesse de desmobilizar essa corrente pedagógica pelo regime ditatorial da época.

Após o período autoritário, a Escola Nova passa ser escrutinada pelas pedagogias críticas como representante do modelo liberal e passa ter enorme rejeição de suas práticas didáticas pedagógicas, o pavor instaurado por esse período deixam as teorias e práticas pedagógicas sob juízo e só retornariam ao uso dentro das escolas após ampla comprovação de que não estejam a serviço da manutenção burguesas de sociedade. Assim qualquer ação educacional que pudesse sugerir controle, submissão foi deixado de lado.

Um outro ponto que vale ressaltar está no início do capítulo da professora Ana Lúcia de Amaral (2019) é a conceituação sobre a “sala de aula” considerado todo espaço que se possa entender como educativo, o que na real é o lugar onde o processo de ensino e aprendizagem ocorre sob o acompanhamento de um professor, podendo ser esse lugar tão variado quanto a imaginação permitir. O diálogo estabelecido entre a pedagogia e o ensino de geografia, investigará por meio das relações entrelaçadas entre os saberes da ciência da educação e da ciência do espaço, mirando perceber quais são os fatores e como

eles influenciam nas dinâmicas que determinam a posição das carteiras, professores e alunos dentro da sala de aula.

Embora o contexto da sala de aula possa se referir a todos os níveis de escolarização, a análise será focada no ensino do sujeito estudado vislumbrando num futuro uma oportunidade de modificações nos métodos e práticas pedagógicas envolvendo a escolha do lugar de cada sujeito dentro da sala de aula, a fim de promover o desenvolvimento da cooperação, autonomia, criticidade e generosidade como meio de intervir no mundo, sempre de maneira construída de comum acordo e não imposta, sem a figura do transmissor de conhecimento que detêm exclusivamente o saber, mas reforçando as práticas amplamente consolidadas da aprendizagem derivada de uma troca mútua entre o professor-aluno.

Para chegar o mais próximo possível dessa troca mútua iremos analisar a relação entre localização e proximidade dos corpos e o desempenho nas atividades, observando os métodos usados por Maia (2005) e Straforini(2008).

Outro ponto de destaque nessa introdução é sobre a relevância dessa pesquisa no campo geográfico, que só tem razão de existir, devido as investigações no ensino de geografia para aperfeiçoar os métodos e processos da iniciação cartográfica na escola.

Com a exposição desse relato muitos caminhos foram abertos, todavia nem todos serão percorridos nessa dissertação, a ideia principal do trabalho é promover a discussão sem pretensão de dar conta ou esgotar as possibilidades de diálogo com o tema.

O descompasso nesse começo de trabalho, marca as duas fases de concepção da dissertação, parte da introdução e do primeiro capítulo foi escrito em meados de 2019, nesse momento o olhar focado na sala aula passou a ser insuficiente, a gestão pedagógica é apenas uma parcela da gestão escolar, tornou se necessário abrir o leque da gestão, nela está contido a discussão da educação como direito em oposição a educação empresarial, com destaque para gestão democrática que viabiliza a autonomia da escola e consequentemente do professor, possibilitando uma educação que promova alunos que compreendam o mundo e possam agir nele, visando uma tomada de consciência e sua emancipação.

A pesquisa trafega em assuntos que aparentemente possuem conexão, com intenção de compreender como se organiza o espaço da sala de aula a partir da posição de alunos e professores dentro desse espaço, a pesquisa vai refletir se existe conexões e paralelos entre Geografia e Gestão? Espaço e Sala de Aula? Para buscar essa resposta o presente trabalho se debruça sobre três temas: Quais são as lógicas que disputam a gestão escolar da escola pública? Na sala de aula como espaço educativo e de poder, qual a relação do espaço, sua organização e o ensino e aprendizagem? E por último existe uma correlação relevante para o ensino de geografia na comparação entre as dissertações: Ensinar geografia: o desafio da totalidade-mundo nas séries iniciais e; A construção do conhecimento geográfico em sala de aula?

Para tentar solucionar essas indagações a pesquisa está organizada com o primeiro capítulo servindo como exposição introdutória da discussão sobre a disputa de interesses de diversos campos ideológicos da sociedade sobre a escola pública e como ela vêm perdendo a sua condição de direito para ser ressignificada como mercadoria atendendo aos interesses inescrupulosos do mercado.

No capítulo dois: A Sala de Aula como espaço educativo e de poder, seria a continuação do capítulo anterior porém com enfoque de como o entorno está presente nas atividades dentro da sala de aula e para materializar essa questão da educação e do poder será utilizado: LIBÂNEO(1994) com o livro Didática, APPLE(1997) Conhecimento Oficial- A educação democrática numa era conservadora, SAVIANI(2008), Teorias

pedagógicas contra – hegemônicas no Brasil, WALSH(2007) Interculturalidad y colonialidad del poder. e LARROSA (2002) com enfoque na experiência.

No terceiro capítulo: Observando a espacialidade das salas e das aulas trazemos as experiências das pesquisas engendradas pelos autores: STRAFORINI(2008) Ensinar geografia, que é fruto da sua dissertação de mestrado e junto com a dissertação de MAIA(2005), coorientado Pela professora Tomoko Yida Paganelli, além de acrescentar com algumas vivências expostas nos três livros da professora Rosângela Doin de Almeida(1989, 2001 e 2007), confluindo todas essas pesquisas com PONTUSCHKA(1999), em A geografia pesquisa e ensino.

CAPÍTULO I

UMA QUESTÃO DE LÓGICA: ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR OU GESTÃO ESCOLAR?

Nesse capítulo será posto uma exposição acerca da adoção do termo gestão escolar em sobreposição ao de administração escolar, conceitos que aparentemente guardam significados parecidos, contudo, quando examinados com atenção apresentam divergências, que não são inconciliáveis pois partem de uma origem comum, ambas são advindas dos setores produtivos porém em tempos diferentes, podendo ser observada essa dissonância das logicas que a gestão e administração representam na Lei que norteia os princípios educacionais do país, a Gestão Escolar se tornou o termo hegemônico, no entanto cabe reflexões e construção de novos sentidos pelos que acreditam na educação como direito. A forma como é gerida a organização da vida escolar tem enorme influência na dinâmica de aprendizagem em sala de aula, tanto filosoficamente como metodologicamente.

Sempre que houver a possibilidade de reafirmar os princípios democráticos que regem a educação pública nacional é dever do profissional da educação fazê-lo, a mensagem deve ser destinada sempre a dois alvos distintos, de forma didática, simples, transparente e acessível aos que estão iniciando esse contato com interesse do uso comum e republicano, para que munidos dessas informações possam utilizá-las como instrumento de defesa, ataque, estratégia e mudança, e de forma incisiva, organizada e intransigente para os que não tem apreço e pretendem ultrapassar os limites do estado democrático de direito.

A lei 4.751, de 7, de setembro de 2012, do Distrito Federal, também conhecida como Lei da Gestão Democrática pode servir como parâmetro do sistema de ensino público brasileiro, essa lei é fruto de reivindicação de movimentos sociais e da sociedade civil, ela guarda como princípios à:

*I – **Participação** da comunidade escolar na definição e na implementação de decisões pedagógicas, administrativas e financeiras, por meio de órgãos colegiados, e na eleição de diretor e vice-diretor da unidade escolar;*

*II – Respeito à **pluralidade**, à diversidade, ao caráter laico da escola pública e aos direitos humanos em todas as instâncias da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal;*

*III – **autonomia** das unidades escolares, nos termos da legislação, nos aspectos pedagógicos, administrativos e de gestão financeira;*

*IV – **Transparência** da gestão da Rede Pública de Ensino, em todos os seus níveis, nos aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros;*

*V – Garantia de **qualidade** social, traduzida pela busca constante do pleno desenvolvimento da pessoa, do preparo para o exercício da cidadania e da qualificação para o trabalho;*

*VI – **Democratização** das relações pedagógicas e de trabalho e criação de ambiente seguro e propício ao aprendizado e à construção*

do conhecimento;

VII – Valorização do profissional da educação. (DISTRITO FEDERAL, 2012)

No entanto, apesar dos pontos estarem colocados como princípios da educação nacional estranhamente ela não cobre toda a educação do país, falaremos sobre esse contrassenso, mas adiante.

Cada unidade federativa pode compor sua diretriz para a elaboração da lei de gestão democrática desde que respeite as bases constitucionais, cabe destacar a necessidade da participação da comunidade escolar para a escolha da direção da escola. A gestão democrática faz parte das metas do Plano Nacional da Educação – PNE para o decênio 2014 -2024.

o conceito de gestão democrática da escola está ancorado no fato de: a escolha de diretores ocorrer a partir de critérios técnicos de mérito e desempenho, associados à participação da comunidade escolar; a escola possuir autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira; a elaboração de projeto pedagógico, currículos escolares, planos de gestão escolar, regimentos escolares e constituição de conselhos escolares ou equivalentes envolver a participação e consulta às comunidades escolar (contando com alunos e seus familiares) e local, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares. (BRASIL, 2015, P. 317)

Lima(1999), apresenta dois autores que argumentam em defesa da eleição para diretores do município de São Paulo, no entanto, se faz necessário sublinhar que o processo de ingresso para diretores escolares da cidade paulista se dá através de concurso público específico para essa função, para Paulo Freire em proposta apresentada em março de 1991 para o estatuto do magistério municipal, falava que os cargos de direção da escola, administrativos ou pedagógicos, deveriam ser escolhidos através de pleito pela comunidade escolar composto por professores, funcionários, alunos acima de 10 anos e os pais dos alunos, de forma paritária, com duração de dois anos podendo ser prorrogado por mais dois corridos, no entanto essa proposta não foi bem acolhida por professores e diretores, Lima(1999) aponta para o corporativismo e o conservadorismo, na qual Paulo Freire(1996) alerta para o distanciamento entre o que se diz e a prática. O outro citado, Vitor Paro (1996), endossa a questão da eleição, porém de forma distinta, ele substitui a figura do diretor por uma de coordenador, ambos os autores acreditam que essa figura de direção máxima deveria estar hierarquicamente abaixo do conselho escolar, composto paritariamente por professores, funcionários, pais de alunos e alunos, o conselho deveria ser a verdadeira instância de poder da escola democrática, onde seria deliberado todos os caminhos a serem trilhados pela escola, todavia o diretor continua sendo a autoridade máxima da escola e na prática não precisa dar prosseguimento as deliberações vindas dos conselhos.

A organização do macro reflete na organização do micro, mas ela não é determinante para que o micro se organize, por mais que a relação professor x aluno seja pautada por uma relação horizontal, ela jamais será explorada em toda sua plenitude se

da sala para fora, nos espaços que compõe o ambiente escolar; o aluno, o professor, os pais do aluno e toda comunidade escolar não possam exercer sua opinião e participação na construção desse espaço, por isso é preciso reconhecer a influência das instâncias superiores de organização escolar, como ministério, secretarias, órgãos, mas não como o fator crucial, pois “Uma escola pode se organizar ou ser organizada. Ela se organiza quando faz valer o princípio da autonomia e termina por ser organizada quando renuncia a ele” (SILVA JUNIOR, 2013). O artigo formulado por Ana Waleska Amaral Gomes, consultora legislativa da câmara dos deputados e mestre em educação pela UNB, confirma a influência da gestão escolar como condição real para o atingimento da qualidade do ensino aprendizagem.

Assim, houve a opção por enfatizar, na meta 19 do projeto de lei enviado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, critérios gerais para orientar o provimento do cargo de diretor, um dos aspectos da gestão democrática. De forma consistente, esse profissional é apontado pela pesquisa educacional como fator chave para a efetividade do trabalho da escola e para a aprendizagem dos alunos. (BRASIL, 2015, P.146)

Apesar da importância da figura do diretor da escola para construção de uma harmonia no entrelaçamento com a comunidade; Alunos, pais e trabalhadores da escola, para alcançar qualidade de aprendizagem, organização e “eficiência”, é preciso colocar em evidência não só a figura do gestor, mas a utilização de vocábulos atrelados a costumes de uma produção mercantilista da educação, como eficiência no sentido de quantidade e não de qualidade, assim como, o conceito de gestão na educação, sua origem e seus objetivos.

Os autores Celestino Alves Silva Junior (2013), Luiz Carlos de Freitas (2014), José Carlos Libâneo (2018), Maria Laetitia Correa e Solange Maria Pimenta (2014) contribuem para uma compreensão mais ampla do termo gestão e desmascaram a apropriação que vêm acontecendo por dentro, na qual a educação se torna mais um produto na mão do mercado. Todos os autores citados nesse parágrafo comungam sobre a origem do conceito de gestão ser derivado das organizações produtivas, que são as empresas capitalistas, guiadas por uma lógica mercantil, que se contrapõe ao direito do que é público e universal.

O desenvolvimento do capitalismo industrial cria modernas organizações que amplamente se difundem e se ampliam, dominando, as esferas econômica, social, política e ideológica, simbolizando um novo modo de organização da sociedade (CORRÊA, PIMENTA, 2014. P.23)

Silva Júnior (2013) acena logo nas primeiras frases de seus apontamentos a impossibilidade de não distinguir o que é público e o que é privado na administração escolar, discorrendo sobre a percepção excludente entre as duas lógicas; a do direito a educação e a do mercado educacional. Segundo o autor está em andamento a privatização por dentro, no qual a lógica do mercado educacional distorce e vende soluções com uma aparente preocupação de elevação da qualidade de ensino, mas na verdade seu intuito e compromisso é outro:

... para os atravessadores... economistas e administradores privados... educação é apenas um bem de mercado, sujeito, como todos os outros, às relações de compra e venda e, conseqüentemente, à valorização e à depreciação circunstanciais. Para os que têm a educação como um direito, cabe ao Estado assegurar a realização desse direito. Para os que têm a educação como um bem de consumo, cabe ao mercado regular o acesso e a propriedade desse bem. (SILVA JUNIOR, 2013, P. 17)

No mesmo trabalho Silva Junior (2013) destrincha a imagem do gestor técnico, uma figura que se afasta da figura do administrador educacional e fica mais próximo de um arquétipo messiânico, é importante o esmiuçamento desse personagem, pois ele é condição sine qua non para implementação da lei de Gestão Democrática, por tanto cabe a nós professores, estudantes e todos interessados numa educação pública de qualidade ficarmos atentos a todos campos conceituais de disputa, inclusive na elaboração de leis.

O repertório de procedimentos habituais da gestão empresarial – definição de metas, produção de indicadores, cobrança de resultados, avaliação de desempenho, remuneração eventual por “bônus” etc. – tem origem em um pacto implícito (e imposto) na sociedade capitalista, o de que cabe aos “especialistas” organizar o trabalho que os “homens comuns” deverão realizar. Em nosso caso, gestores serão os “especialistas” e professores os “homens comuns”. Por conta da prevalência do modelo tecnocrático entre os possíveis processos de decisão, caberia aos gestores estabelecer os fins e determinar os meios necessários ao alcance desses fins. Aos professores caberia apenas admitir os fins e manusear os meios para que o trabalho pedagógico fosse bem sucedido. E serem responsabilizados pelos percalços que o modelo possa encontrar na prática. O dogma da gestão tem o seu complemento e o seu fundamento no estigma do magistério. (SILVA JUNIOR, 2013, P. 21)

As pesquisadoras Corrêa e Pimenta (2014) reforçam as impressões de Silva Junior (2013) ao assinalarem em seu estudo a alienação progressiva dos processos laborais do trabalhador:

A gerência, que pensa, planeja e determina a melhor maneira de se executar o trabalho, e o coletivo de trabalhadores, que deve executá-lo da forma prescrita... numa crescente desumanização do trabalho, onde a lógica é a cadência e o ritmo, definindo a intensidade e a fragmentação... (CORRÊA, PIMENTA, 2014. P. 25)

É importante salientar que os princípios da gestão democrática não se aplicam a toda a educação, apenas para educação pública, o autor explicita que uma pequena parcela da sociedade civil e deseja exercer cada vez mais influência sobre rede pública de ensino, Freitas (2020) complementa esse mesmo raciocínio, falando que além do interesse do mercado a elite têm interesse em guardar os melhores postos de trabalho para si, por isso não é interessante que o filho do trabalhador tenha a mesma educação que seus subsequentes.

O conflito que aparece entre educadores profissionais e os empresários diz respeito ao que se entende por uma boa educação: para os empresários é saber ler, escrever, contar e algumas competências mais

que estão esperando na porta da fábrica, medidas em um teste padronizado. Se as notas aumentam então quer dizer que houve melhoria. Se há mais formados houve melhoria. Para os educadores, isso é apenas uma pequena parte da tarefa. Nota alta não é sinônimo de boa educação. (FREITAS,2014)

Luiz Carlos de Freitas indica que os conflitos se ampliam porque os empresários mercadores da educação, veem todo ambiente escolar a imagem e semelhança de suas empresas, onde deve prevalecer a competição e gerenciamento. Se até agora tratamos de conceitos, agora sob um olhar crítico começamos a fazer uma breve reflexão sobre interessados que cercam o sistema de ensino público brasileiro, no dia 17 de setembro de 2019, ocorreu o encontro internacional Educação 360, promovido pelos jornais O GLOBO e Extra, com patrocínio do Itaú Social, Fundação Telefônica/Vivo, Colégio PH e Universidade Estácio de Sá, com apoio institucional da TV globo, Unicef, Unesco, Fundação Roberto Marinho e Canal Futura, todas essas instituições estão preocupadas em realizar ações que promovam gestão democrática e uma inclusão eficiente em todas as escolas do Brasil, inclusive com refugiados nas escolas públicas.

Contudo, como as intenções e objetivos declarados nem sempre coincidem com aquilo que realmente se pretende, é necessário refletir sobre o histórico das instituições citadas e o seu comprometimento com o que é público, com o respeito às leis trabalhistas, com a distribuição de renda e desigualdade social, com a democracia e com a educação pública e de qualidade, e com a correlação das ações das instituições citadas e seus respectivos comprometimentos históricos.

Libâneo (2018) ajuda a jogar luz aos interesses que se locomovem nas sombras e imperceptíveis a uma grande parte da população:

Sabemos que as camadas populares levam desvantagem na efetivação da participação política em relação as classes dominantes, entre outras razões, pelo poder da manipulação dos meios de comunicação, pela desescolarização da população, pela falta de organização popular, pelo poder financeiro das classes dominantes. Esses são alguns dos obstáculos à organização dos movimentos populares e, em consequência, a participação popular dos processos decisórios inclusive na escola. (LIBÂNEO (2018, P. 116)

O conceito de gestão na educação ganha força no final do século XX com o avanço do neoliberalismo na sociedade. Catherine Walsh (2009) desenvolve sobre o neoliberalismo e educação, ela explica que nos anos 90, questões de diversidades étnico culturais despertaram atenção e promovia relações positivas entre diferentes grupos culturais, buscando confrontar o racismo, a discriminação, a exclusão, formando cidadãos conscientes comprometidos com a construção de uma sociedade justa, equitativa, igualitária e plural, no entanto com o decorrer do tempo novas formas de uso do conceito foram sendo formuladas e inclusive de maneira antagônica a sua concepção original, a autora aponta essas três possibilidades de compreensão da interculturalidade:

1º Possibilidade é a Relacional, ela admite a relação entre culturas distintas, de uma maneira rasa e geral, aceita as condições de desigualdade e igualdade como algo que sempre existiu na América Latina, mas minimiza as questões de dominação e colonização, limita muitas vezes as questões individuais encobrindo as estruturas da sociedade amarradas pelas questões sociais, políticas, econômicas e epistêmicas.

2º Possibilidade é a Funcional, nela admite-se a diversidade e diferença cultural, busca a convivência harmônica entre os diferentes, porém sem questionar as regras e as desigualdades entre os grupos, sendo funcional ao establishment vigente e aceito pela lógica neoliberal, funcionando como uma nova estratégia de dominação.

3º Possibilidade é a crítica, essa é interculturalidade que chuta o “pau da barraca”, nela o interesse é expor as amarras coloniais, estruturais e raciais. A hierarquização da estrutura colonial com brancos e branqueados em cima e indígenas e afrodescendentes abaixo, mas não é a identificação o fator mais importante, e sim a refundação das estruturas sociais que subalternizam os de baixo. Um projeto político, social, ético e epistêmico de saberes comprometido com essa mudança.

É preciso estar atento as políticas educativas, a permanente disputa na construção e reprodução de valores, atitudes e identidade, o poder histórico hegemônico do estado, marcados por uma série de disputas e tensões.

A inclusão de povos historicamente excluídos faz parte do projeto Neoliberal de inclusão de novos consumidores no mercado, as reformas educativas são mais para adequar esses povos as necessidades da modernidade, do que criar um pensamento crítico capaz de pensar qual o papel nacional na elevação da qualidade educativa e promover uma interculturalização no sistema educativo.

Este problema se puede observar, entre otros ámbitos, en la producción de textos escolares, la formación de maestros y los currículos usados en las escuelas. Bajo el pretexto de la “interculturalidad”, las editoriales de libros escolares asumen una política de representación que, mientras incorpora imágenes de indígenas y negros, refuerza estereotipos y procesos coloniales de racialización (Granda, 2004). En la formación docente, la discusión sobre interculturalidad se encuentra en general limitada al tratamiento antropológico de la tradición folklórica. En el aula, la aplicación es marginal al máximo (WALSH, 2009, p.8)

As organizações como Banco Mundial, ONU, UNESCO, CEPAL, BID e a maioria dos ministérios de educação e cultura latino-americanos optam por uma educação na qual o sujeito é o responsável pelas mudanças, o desenvolvimento humano integral faz parte da cartilha do desenvolvimento social da sociedade, para que haja um estado de bem-estar social o indivíduo precisa superar as barreiras e desenvolver se:

Su meta principal es mejorar la calidad de vida y el nivel de bienestar del ser humano a escala individual y social, potenciando la equidad, el protagonismo, la democracia, la protección de los recursos naturales y el respeto a la diversidad étnico-cultural. Aquí, el bienestar es entendido según dos categorías: la ontológica -ser, tener, hacer, estar-, y la axiológica -subsistencia, protección, afecto, entendimiento, ocio, participación y creación-. Llegar a este bienestar depende de los individuos, no de la sociedad en sí ni tampoco de un cambio de la estructuración social. (WALSH,2009,p.8)

A forma como é trabalhada a falsa premissa que dependendo de como o sujeito controla a sua vida ele pode superar os limites encontrados na sociedade, ajudando a desenvolvê-la, com isso é possível vislumbrar uma sociedade mais coesa socialmente e

ajuda a administrar a diversidade evitando que ela seja fonte de ameaça ou insegurança.

A Gestão Escolar não é um fato alienígena a sociedade, ela está inserida na disputa da construção de narrativas autoritárias, liberais ou progressistas, podendo as vezes ficar misturadas entre em si.

Desconsiderou-se o fato de que as ideias de *gestão* e de *administração* são noções que não carregam em si as mesmas conotações, sendo, portanto, equivocada, ainda que predominante, a afirmação de sua equivalência. E nem se perguntou também por que, admitida a hipótese da equivalência, a palavra *gestão* tornou-se hegemônica ou quase exclusiva na discussão. Em seu sentido original e preferencial, *administração* diz respeito à relação entre meios e fins. Trata-se de localizar e utilizar – se for o caso, produzir – os meios mais adequados. (SILVA JUNIOR, 2013, P.19)

Nesse capítulo há uma divergência na forma como *gestão* está sendo apresentada e para tentar compreender o porquê desse distanciamento consultaremos Silva Junior (2013) e Heloisa Lück.

A palavra *gestão* tornou-se hegemônica ou quase exclusiva na discussão. Em seu sentido original e preferencial, *administração* diz respeito à relação entre meios e fins. Trata-se de localizar e utilizar – se for o caso, produzir – os meios mais adequados aos fins que se tem em vista alcançar... O sentido original e ainda predominante de *gestão* caminha em outra direção. Trata-se apenas de uma dimensão técnica do processo administrativo que diz respeito ao uso reiterado de mecanismos pré-determinados, considerados eficientes em si, independentemente das situações a que se apliquem. Daí advém o uso político da expressão “*choque de gestão*”. Determinas pessoas – e apenas elas – estariam credenciadas ao controle da vida social porque dominariam os mecanismos mais adequados ao bem-estar de todos. (SILVA JUNIOR, 2013, P.19-20)

Outro ponto interessante iniciado no começo do texto da conta sobre como na Lei de Diretrizes e Bases, o princípio da *gestão democrática* não se aplica a todos, apenas a escola pública. Silva Junior (2013) levanta a questão e pondera sobre o alcance dela sob a rede privada.

Também é interessante observar que, tanto na Constituição como na Lei de Diretrizes e Bases, o princípio da *gestão democrática* é considerado de maneira reduzida. Ele só se aplica à *gestão* das escolas públicas, o que suscita desde logo, duas indagações: ou não se trata de um princípio, já que sua aplicação é limitada e não, universal; ou a democracia não constitui componente necessário na vida das escolas, já que as escolas privadas estão dispensadas de observá-la em sua *gestão*. ...Quando algo considerado como um princípio só é aplicável pela metade, isso denota que o segmento a que ele não se aplica é politicamente mais poderoso do que aquele ao qual se aplica. Quando instituições escolares são autorizadas a desconsiderar a democracia em seu interior, isso significa que ali, sim, o autoritarismo é a regra. (SILVA JUNIOR, 2013, P.20)

A gestão educacional apresentada por Heloísa Lück(2019), pode ser considerado um contraponto da gestão educacional vista pela ótica de Celestino Alves, falar sobre o conceito e principalmente da filosofia , ambos autores concordam que que gestão e administração são coisas distintas, no entanto, divergem em pontos significantes como a fragmentação ou a superação da gestão em relação a administração.

Nesse capítulo buscamos realizar uma breve explanação sobre o conceito de gestão escolar e como ele passou a ser cada vez mais utilizado em substituição ao conceito de administração escolar. No próximo capítulo examinaremos o espaço da sala de aula e suas relações educativas e de poder.

CAPÍTULO II

A SALA DE AULA COMO ESPAÇO EDUCATIVO E DE PODER

Nesse capítulo analisaremos a sala de aula e seus espaços, sua organização bem como sua relação com o ensino e a aprendizagem. Para isso recorreremos a autores que investiram grande parte da sua obra sobre a sala de aula numa perspectiva de interação com o aluno, analisando atividades que corroborem com as teorias aplicadas.

Rosângela Doin de Almeida Graduada em Geografia pela USP (1976), Licenciatura em Geografia pela Faculdade de Educação da USP (1976). Mestre em Educação (1988) e Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da USP (1994) e Lana de Souza Cavalcanti graduada em Licenciatura em Geografia pela UFG (1979), mestrado em Educação pela UFG (1990) doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela USP (1996) e pós-doutorado na Universidade Complutense de Madrid/Espanha, com destaque para as duas autoras mencionadas acima, que facilitam a missão de decifrar os espaços de aprendizagem.

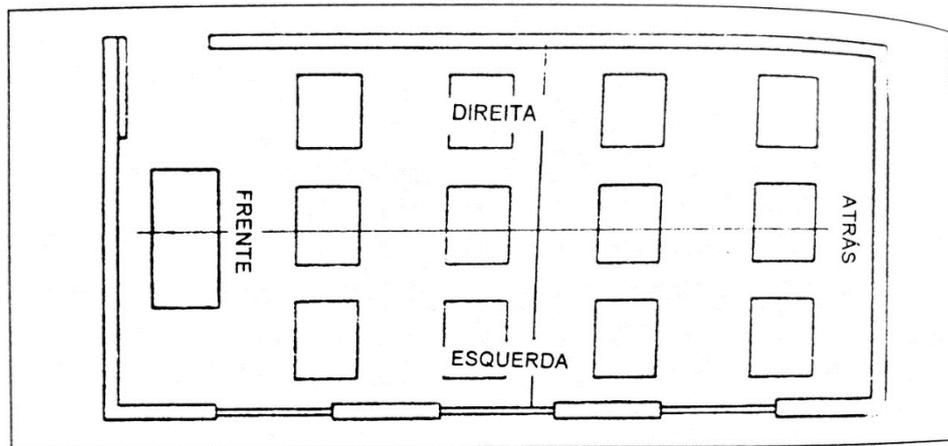
2.1 - A sala de aula

Sem dúvida este é um dos espaços e campos de estudos no qual as pessoas mais se sentem à vontade para emitir opinião, parecer, indicar acertos e erros mesmo sem ter conhecimento ou ser capacitado para tal. O conhecimento acadêmico não é soberano em qualquer situação, inclusive deve-se levar em consideração outros saberes, cosmologias, outras perspectivas de construção do conhecimento, mas é preciso estimular a curiosidade crítica como já alertava Paulo Freire (1996). Não é uma questão de tolher a iniciativa investigativa, mas evoluir da curiosidade ingênua para a curiosidade epistemológica, agregar o rigor metodológico, superar o senso comum sem ruptura através do avanço crítico, é preciso sagacidade e desprendimento de vaidades tolas. Freire provoca o educador à escuta constante, quem deseja falar algo deve estar ciente de que não é o único que tem algo a falar. Quem tem a posse da fala deve assumir a responsabilidade de provocar quem escuta, para que interaja e manifeste sua posição sem o receio de subjugação moral ou intelectual. Essa prática não deveria ser uma exclusividade das salas de aulas, mas uma posição ética e elegante no convívio em sociedade como um todo.

Dentro da sala de aula, Lana de Souza Cavalcanti (2003) afirma que somente o enfoque crítico não basta, é necessário aproximar a teoria da prática, e a centralidade do assunto fica por conta da relação espacial entre os sujeitos, objetos e o local da atividade de ensino. Cavalcanti (1998) cita nos seus registros de campo das aulas observadas, as aulas expositivas: “os alunos estão atentos, mas alguns, principalmente os que estão atrás, estão ou distraídos ou fazendo outra atividade” (CAVALCANTI, 1998, p. 39). Para ilustrar esta passagem registrada por Cavalcanti (1998) é imprescindível incluir um trecho e uma imagem do livro *Do Desenho ao Mapa*, de Rosângela Doin de Almeida.

Para definir melhor essa localização são traçadas no chão as linhas que determinam os quadrantes: frente-direita, frente esquerda, atrás-direita, atrás-esquerda. O lugar de cada um na sala (por exemplo na frente e à direita) é dado, então, em relação a esses quadrantes. O importante é o aluno perceber que essa localização, apesar de imprecisa por determinar uma área e não um ponto, serve para dizer onde ele está e onde estão seus colegas, ou quais são os alunos que ficam em cada um dos quadrantes. (Almeida, 2019, p. 76)

Figura 1 – Sala de aula



Fonte: Do Desenho ao Mapa, Rosângela Don de Almeida (2019).

Na imagem 1 é possível visualizar teoricamente em qual região da sala os alunos distraídos ou que estão fazendo outras atividades mencionados por Lana de Souza Cavalcanti (1998) estão sentados. Ao invés de raciocinar sobre o inconcebível, comecemos por ver, por observar e estudar o que se acha a nossa vista, seguindo as orientações sugeridas por Élisée Reclus (2014). Ao nos defrontarmos com a imagem 1 podemos ir além da observação do espaço, com o mapa da sala de aula é possível interferirmos nele traçando estratégias que minimizem a distância como um possível fator de distração. No caso da imagem acima a organização da sala privilegia os objetos e não os sujeitos, se privilegiasse o contato entre as pessoas a dinâmica da sala seria organizada de diversas outras formas. Uma inversão simples de objetos já diminuiria a distância entre professor e alunos, se posicionarmos a mesa do professor localizada na frente para a lateral direita ou esquerda aumenta o campo de visão dos alunos de trás para a frente da sala e diminui a distância entre a última fileira e a primeira. Pensar a proximidade entre os sujeitos e estimular uma interação afetiva pautada no desenvolvimento do respeito mútuo em sala de aula não é uma preocupação que interesse quem olhe a formação de estudantes apenas como futura mão de obra.

A racionalidade instrumental impõe uma lógica de disciplinamento das relações entre o capital e o trabalho, e essa nova configuração é constitutiva de todas as relações da vida social, seja na esfera do trabalho, da família, seja na da escola e etc. (ARRIADA; NOGUEIRA; VAHL, 2012)

Figura 2 – Sala de aula com alunos e professor



Fonte: Contreras (1895).

Além das carteiras com capacidade para mais de um aluno, poucas alterações podem ser percebidas para os tempos de hoje, como podemos acompanhar na descrição abaixo.

A sala de aula está organizada em filas, em que todos os alunos enxergam o professor e ele pode enxergar o rosto de todos. Cada aluno enxerga apenas a cabeça de seu colega e conversas entre eles indicam a falta de atenção no que está sendo ensinado. O aluno precisa acompanhar a exposição do professor, que é sobre um assunto considerado relevante para aprender, pois tem-se a concepção de que o professor possui o conhecimento e este é transmitido ao aluno (LUCHESE; SOARES, 2015, p. 499)

A lógica espacial da sala de aula vem sendo debatida de tempos em tempos, houveram épocas em que a organização era bem diferente do que temos nos dias de hoje e, com os avanços teóricos, conceituais, epistêmicos e tecnológicos, cabe uma reflexão para além de compreender quais serão os próximos rumos da organização espacial da sala de aula, debater as melhores formas de conduzir esse processo para não tornar as experiências desse ambiente de ensino em laboratórios ou oficinas de produção de mão de obra apenas.

A professora Rosângela Doin de Almeida, através da observação crítica de atividades desenvolvidas com os alunos, constatou a necessidade de envolver outros campos da ciência, como a psicologia do conhecimento espacial para obter sucesso no ensino cartográfico, no livro *Do desenho ao mapa* ela deixa claro que encontrou em Piaget e seus colaboradores a principal sustentação teórica para construção da representação espacial, no entanto, no mesmo livro ela recorre a Vygostki para introduzir a questão do desenvolvimento da criança.

Os estudos de L.S. Vygostki mostram que o surgimento da fala nas crianças leva-as a desenvolverem uma nova organização estrutural da ação. Ele atribui a atividade simbólica iniciada com a fala uma função organizadora que produz formas fundamentalmente novas de comportamento. (ALMEIDA, 2019. P. 20)

Apesar de citar Vygostki, Almeida investiga as fases de desenvolvimento da criança na perspectiva de Piaget, que além de imprescindível, é reafirmada pela autora em outro momento:

A teoria que Jean Piaget, com o apoio de uma equipe de pesquisadores, construiu, permanece como aporte teórico fundamental para os estudos sobre a representação do espaço, principalmente porque trata da construção do espaço matemático pela criança (relações topológicas, projetivas e euclidianas) sobre a qual o espaço cartográfico se apoia. (ALMEIDA, 2010. P. 148)

Mais adiante contrastando com Piaget dentro da psicologia veremos a zona de desenvolvimento proximal, a interação entre os sujeitos e o sociointeracionismo com Vygotski, a sociologia versus as posições geométricas de base euclidianas. As produções piagetianas, embasadas nas relações projetivas, muito têm a contribuir com o ensino de geografia, uma vez que busca a análise do desenvolvimento das crianças de acordo com a sua faixa etária, o que pode ajudar na compreensão da apropriação do conhecimento por essas crianças. O que queremos dizer é que, em determinada idade será mais difícil ensinar determinados conceitos, pelo não domínio de algumas propriedades essenciais para tal feito, lateralidade, ideia de plano e ideia de verticalidade. “A representação do espaço é uma ação inferiorizada e não simplesmente a imaginação de um dado exterior qualquer, resultado da ação” (ALMEIDA, 2019, p. 71)

A autora Rosângela Doin de Almeida contribui sensivelmente para relevância da iniciação da cartografia escolar, seu livro “Do desenho ao mapa” traz diversas formas de trabalhar o espaço e a localização, através de confecções de maquetes da sala de aula, desenhos do próprio corpo em tamanho real e outras atividades, Almeida formula algumas reflexões derivadas desses trabalhos produzidos em sala de aula como:

(...) por que alguns elementos estão presentes em alguns desenhos e ausentes em outros? Os desenhos mais parecidos foram feitos por alunos que sentam próximos entre si? Quem conseguiu incluir mais elementos em seu desenho: quem senta na frente ou que senta atrás? (ALMEIDA, 2019, P. 77)

Apesar desse tipo de reflexão proposta pela autora de base piagetiana, ter sido feito algumas décadas atrás, a relevância do seu trabalho leva a outras duas perspectivas: a crítica pontual da forma como era organizada o estudo da linguagem cartográfica de forma concentrada em determinados ciclos nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, na qual hoje é dissolvida em competências pelos anos como sugere a Base Nacional Comum Curricular – BNCC por toda Geografia no ensino fundamental.

No outro caminho aberto pela autora ela trata da experiência empírica da percepção dos alunos na representação do espaço utilizados por eles na escola. A professora mira no desenvolvimento da percepção dos alunos com a reprodução da sala de aula na confecção de maquetes, contando que a partir dessa experiência os jovens companheiros possam refletir sobre os porquês de cada elemento estarem em seus respectivos lugares, despertarem para relações espaciais mais complexas, além de considerarem “como as sociedades construíram formas de apreensão e representação de elementos espaciais, que está ligado a evolução histórica das conquistas e da dominação dos povos” (ALMEIDA, 2019, P. 19).

No entanto, ao traçar o caminho da prática para aguçar a percepção dos alunos a professora Rosângela abre outras portas de possibilidades com a descrição dos resultados obtidos na experiência com a maquete, que se propõe a mapear a sala de aula, antes de

mapear o espaço de ensino é trabalhado com os estudantes a noção de lateralidade e de ocupação dos seus corpos no espaço e só depois de trabalhada a base da localização e orientação o trabalho do mapeamento da sala de aula se inicia.

“...tracerei os quadrantes no chão da sala de aula e pedi aos alunos que dissessem em qual deles estavam (frente-direita, frente-esquerda, atrás-direita, atrás esquerda). Não houve dificuldade nesse tipo de localização. Uma menina sugeriu que usassem as fileiras para situar seus lugares. Introduzi, então a ideia de sequência ordenada, com fileiras e carteiras. Vários alunos deram sua localização, usando os dois tipos de referenciais. Discuti também a questão do ponto de vista, perguntando: “o que vocês poderiam ver, se estivessem sentados atrás e à esquerda? E na frente e à direita?” Perguntei, então, de que posição seria possível ver a sala toda de uma só vez. Responderam que isso não seria possível.” (ALMEIDA, 2019, P.80)

A porta destrancada com a citação acima fala muito sobre o cotidiano da sala de aula, e do negligenciamento da igualdade de condições em acessar tudo que acontece dentro desse espaço, fica a certeza de que os alunos sentados na parte oposta ao quadro numa classe com muitas fileiras tem a visão comprometida do que acontece na região/lugar tradicional que costuma ficar o docente. Um dos motivos que impulsionam essa pesquisa é desmistificar o olhar pejorativo com “a galera do fundão”, a pecha de alunos descompromissados, desatentos, de intensidade verbal, desconcentrados e bagunceiros. Chamar a atenção a atenção para quantidade de alunos admitidos dentro de classes do ensino público e da forma como é organizada todos os sujeitos e objetos dentro desse lugar.

Figura 3 – Sala de aula do século XIX -Aluno respondendo em sala de aula, 1887



Fonte: Davinis e Trainer (1887).

A forma de ensinar pode fomentar a capacidade de participação, de diálogo, de reflexão, de autonomia e submissão. Pode levar a uma sociedade cooperadora ou

individualista, tecnicizada ou classista. Essas questões foram problematizadas por Zabala (2002), que fala sobre a função social do ensino por meio dos conteúdos aplicados. Existe uma intenção formativa na qual a sociedade espera que os indivíduos estejam aptos para lidar com as suas demandas, a escola é uma das principais instituições para preparar os indivíduos para sua inserção e adaptação na sociedade, contudo é necessário viabilizar essa preparação bem como definir o que é necessário para que isso aconteça.

Hannah Arendt dá pistas de como acontece ao afirmar que "a política organiza, de antemão, as diversidades absolutas de acordo com uma igualdade relativa e em contrapartida às diferenças relativas". (Arendt, 2009, p. 8)

É através das políticas públicas que a sociedade estabelece as diretrizes da educação escolar formal, diretrizes estas que normalmente atendem à classe dominante. Para Cavalcanti (2003), mesmo diante da falta de estrutura, isto não impede que professores contrariem a lógica e resistam, comprometendo-se com um projeto de formação inclusiva, a existência de uma educação escolar informal, e o currículo oculto e sua importância na organização espacial ajudam a explicar o funcionamento de diversos estabelecimentos de ensino.

Reforçando a importância do tema do parágrafo anterior vamos nos ater momentaneamente em desnudar o significado das políticas públicas – “Elas são um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos” (Lyn,1980). Celina Souza (2014) busca em diversos autores uma definição de política pública, dentre as que ela cita podemos destacar: “Política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos.” (Peters,1986 apud Souza, 2014); sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer.” (Dye,1984 apud Souza, 2014) ou “Decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.” (Laswell,1958 apud Souza, 2014).

Debates sobre políticas públicas implicam responder à questão sobre qual o espaço que cabe aos governos na definição e implementação de políticas públicas. Souza (2014) pede atenção para o fato de que um governo democrático não serve ao interesses de somente uma classe social, ele possui uma autonomia relativa do Estado, mas é suscetível a pressões externas e internas. Apesar de concordarmos com tal afirmação é necessário sempre lembrar das correlações de forças.

Apple (2008) traz essa reflexão ao propor uma indagação: a troca da pergunta “Que tipo de conhecimento vale mais?” por “o conhecimento de quem vale mais?” demonstra a imposição dos interesses privados através da direita conservadora e liberal. Clamando por estudantes adaptados às metas e necessidades das empresas, Apple engrossa a lista de autores que defende o envolvimento da educação com o mundo real das alternantes e desiguais relações de poder, afirma também que as teorias e diretrizes não são técnicas, mas sim éticas e políticas.

O autor norte-americano tem uma influência destacada na construção desse texto por duas posições específicas, a primeira pela condição necessária que ele estabelece para definição de um currículo democrático: envolver as questões de poder, raça e sexo. A segunda é sobre a forma rigorosa que devemos escrutinar o conteúdo do currículo, as relações sociais dentro da sala de aula e as maneiras pelas quais conceituamos atualmente estes aspectos.

2.2 – Analisando o banco de teses da CAPES

Frente a impossibilidade de realizar uma observação presencial optamos por analisar trabalhos que discutem o espaço em sala de aula, para tanto realizamos uma pesquisa no banco de teses da CAPES.

Quando utilizamos as palavras chaves “espaço na sala de aula” encontramos 1211686 teses, 17.789 na área de Geografia 86.988 na área de educação.

Escolhemos algumas a título de exemplo. No quadro 1 listamos os títulos dos trabalhos que encontramos na área de geografia e suas respectivas palavras chaves.

Quadro 1 – Títulos e palavras chaves das teses e dissertações encontradas no banco de teses da CAPES na área de geografia e que tratam do espaço em sala de aula.

Título	Palavras-chave
A mediação didática no ensino de geografia: a construção do conceito território em sala de aula	Mediação didática; Território; Ensino-aprendizagem
Entre a ciência, a mídia e a sala de aula: contribuições da geografia para o discurso das mudanças climáticas globais	Mudanças Climáticas, Paradigma, Geopolítica, Ensino, Geografia do Clima.
Geografia e arte: O uso de imagens pictóricas como possibilidade para discussão do conceito de natureza em sala de aula	Conceito de Natureza; Geografia; imagem pictórica; ensino
O uso de jogos didáticos em sala de aula: reflexões sobre a mediação do ensino da Cartografia Temática na disciplina de Geografia no ensino fundamental II	Cartografia Escolar; Cartografia Temática; Jogo Didático
Sobre aprender e produzir discursos espaciais, utilizando o audiovisual, nas aulas de geografia	Audiovisual; Geografias imaginativas; Discursos espaciais; Pedagogia da autonomia; Educação em geografia
Ensino de Geografia: Diversidade metodológica como princípio motivador da aula	Ensino de Geografia. Diversidade metodológica. Motivação. Aprendizagem significativa.
A percepção dos professores do IFPE na contribuição do ensino da geografia: a aula de campo como mediação pedagógica	Aula de campo; Ensino de geografia; Mediação pedagógica; Percepção
A aula expositiva dialogada como procedimento metodológico para a abordagem da temática relevo na geografia escolar	Aula expositiva dialogada; Geografia escolar; Ensino de Geografia; Relevo
A aula de geografia no ensino médio: do legado da tradição às possibilidades de renovação.	Aula expositiva. Aula expositiva dialógica. Linguagem. Ensino de Geografia

Fonte: Elaborado pelo autor com os dados encontrados no banco de teses da CAPES.

Analisamos de maneira análoga os trabalhos da área de educação. No quadro 2 listamos os títulos dos trabalhos e suas respectivas palavras chaves.

Quadro 2 – Títulos e palavras chaves das teses e dissertações encontradas no banco de teses da CAPES na área de educação que tratam do espaço em sala de aula.

Título	Palavras-chave
Arte no espaço educativo escolar: relação entre obrigatoriedade e reconhecimento	Ensino de arte. Obrigatoriedade. Implicações. Reconhecimento
Formação continuada: sala de educador como espaço de produção de conhecimento.	Formação continuada, sala de educador, produção de conhecimento.
Formação do professor para uso da internet: o que querem os professores	Internet; formação continuada; sala de aula
Você já pensou sobre o uso do celular em sala de aula? Pistas e reflexões em um movimento de pesquisa	Uso do celular; sala de aula; educação.
A alteridade como fundamento ético para a tradução e interpretação da língua de sinais na sala de aula	Tradutor e intérprete de língua de sinais; ética; sala de aula; estudos da tradução
Desenvolvimento subjetivo e educação: avançando na compreensão da criança que se desenvolve em sala de aula	Educação, desenvolvimento subjetivo, sujeito, criança, sala de aula.
A alteridade como fundamento ético para a tradução e interpretação da língua de sinais na sala de aula	Tradutor e intérprete de língua de sinais; ética; sala de aula; estudos da tradução
Leitura como atividade humana: “pra que que a gente lê?”	Leitura. Letramento. Sala de aula.
Uma sala de aula na prisão: o sentido desta experiência	Educação na prisão. Ressocialização e prisão. Papel dos diretores, agente penitenciários, professores e alunos na prisão.

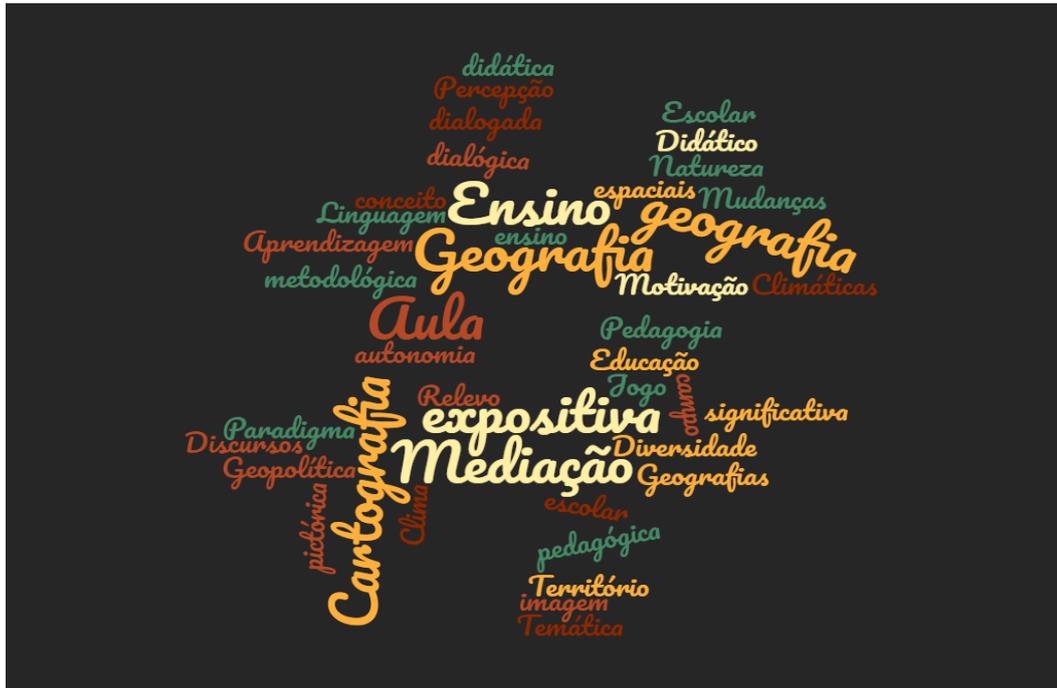
Fonte: Elaborado pelo autor com os dados encontrados no banco de teses da CAPES.

Observamos que a maior parte dos trabalhos sobre o tema foi encontrado na área de educação, os da área de geografia dão ênfase ao Ensino de Geografia enquanto na área de educação o enfoque recai sobre sala de aula e formação docente.

Para perceber mais claramente as questões inerentes a cada área criamos nuvens de palavras⁴ com as palavras chaves, tanto da área de geografia quanto da de educação.

4 É uma ferramenta online utilizada para saber quais são as palavras que são repetidas em maior frequência. Ver mais em <https://wordart.com/> acesso em 01/06/2020.

Figura 4 -Nuvem de palavras com as palavras chaves dos trabalhos encontrados no banco de teses da CAPES na área de geografia.



Fonte: Elaborado pelo autor usando o aplicativo word clouds

Figura 5 - Nuvem de palavras com as palavras chaves dos trabalhos encontrados no banco de teses da CAPES na área de educação.



Fonte: Elaborado pelo autor usando o aplicativo word clouds

Portanto, a questão e a gestão do espaço em sala de aula, ainda são mais explorados pela Pedagogia do que pela Geografia. E ao examinarmos alguns títulos percebemos que a maioria simplesmente se refere à sala de aula como um espaço de aprendizagem sem, contudo, problematizar a questão do espaço e as relações de aprendizagem e de poder que aí ocorrem.

CAPÍTULO III

ENSINAR GEOGRAFIA: CONHECIMENTO GEOGRÁFICO EM SALA DE AULA

Cada vez mais o mercado avança sobre a educação, o desemprego estrutural se acentuou na pandemia acelerando o processo de espoliação dos profissionais da educação⁵, as próximas décadas prometem ser extremamente difíceis para os atuais e futuros docentes, é preciso repensar a prática e o fazer geográfico, o espaço da sala de aula que já não supria sozinho, hoje tão pouco tem condições de dar conta de todas as necessidades e formas de compreender e agir no mundo, criar pontes entre a sala de aula e as comunidades do entorno da escola deixou de ser uma opção, para se tornar o único caminho possível para sobrevivência da comunidade escolar do jeito que conhecemos hoje, é preciso subverter a lógica empresarial e passar de Supérfluos a sujeitos históricos na contramão do capital, como sugere Menezes (2007).

É o próprio movimento social do trabalho reproduzindo o estrutural conflito de classes e luta anticapital. Um conflito que tende a se radicalizar com o aumento dos monopólios globais e aumento da miséria no mundo do trabalho, um processo contraditório em que, por um lado, mais sujeitos tornam-se “supérfluos” para a reprodução da acumulação e, por outro, mais trabalhadores se unem pela necessidade urgente de inverter a fatalidade histórica do capital. É a luta que caminha no sentido de: ‘Supérfluos’ a sujeitos históricos. (MENEZES, 2007, P. 14)

É na crise que novos pressupostos são formulados, é a partir de eixos antagônicos que o intelectual do ensino de geografia precisa compreender e elaborar caminhos a partir do contexto histórico da qual está inserido, Porto Gonçalves (1978) no terceiro encontro nacional de geógrafos de 1978, em Fortaleza, discorre sobre como o profissional de geografia deve compreender o espaço em (des)ordem a ser analisado e dar um parecer da geografia da crise.

... algumas das evidências de uma crise que se materializa em espaços definidos e para a qual os geógrafos teriam que dar a sua resposta - *UMA GEOGRAFIA DA CRISE*. Na medida em que hesitam, não reformulando uma base teórica de há muito envelhecida e não assumem, portanto, uma posição crítica, os geógrafos, em geral, deixam de lado a Geografia da Crise e são levados de roldão pela Crise da Geografia... (PORTO GONÇALVES, 1978, P. 2.)

Sócrates e Carlos Walter auxiliam na abertura **desse** capítulo de fechamento dando um prelúdio do caminho que a pesquisa pretende chegar, emancipação popular e surgimento de novos fazeres do ensino geográfico.

Existe uma tentativa de confluir teoria e prática, efetividade e utopia, pragmatismo e amor, a intenção de estabelecer uma conexão do que é científico com o que é cotidiano, essa dissertação tem a pretensão de fazer sentido para as pessoas que me acompanham, amigos, familiares, colegas de trabalho e ciência, mas principalmente para os que

5 Durante a minha graduação tinha dificuldade de compreender para que servia o positivismo ou materialismo histórico, hoje quando preciso acessar esse conhecimento mentalmente, associo a lentes diferentes de enxergar a sociedade, uma é a lente para longe, só enxerga o que está superficial, a ordem como está posta, e a outra para perto como uma lupa, que é capaz de ver as entranhas e explica o porquê daquele ordenamento.

chegaram até aqui, é preciso transformar os sentimentos de tristeza e luto que permearam as primeiras linhas desse trabalho para o sentimento de esperança e luta.

A minha escolha pela análise das pesquisas dos autores a seguir, se dá pela excelência de suas pesquisas, pelo comprometimento com o ensino público e a forma que se complementam. A apresentação de forma dual não os coloca em oposição, ambos transitam entre as dualidades, as características das pesquisas pendem de um lado para o outro em determinados momentos e essa fotografia é apenas o registro pelo olhar desse pesquisador, cabendo outros recortes e outras formas de exposição.

3.1 - Teoria e Prática.

Ensinar Geografia: o desafio da totalidade-mundo nas séries iniciais e A construção do conhecimento geográfico em sala de aula. Respectivamente: Rafael Straforini (2008) e Eduardo José Pereira Maia (2005) são os autores das dissertações dos títulos acima. A promoção da conversa entre os dois pesquisadores busca estreitar e mostrar a importância do domínio teórico para construção de uma boa prática educativa, e a consciência de onde se vai, para onde se quer chegar, de forma natural e espontânea, além dos motivos citados, se dá pela questão prática das suas pesquisas, apesar de focarem públicos distintos, é nesse momento que a teoria vigotskiana se toca e abre brecha para o engendramento de novas possibilidades ou expansão do diálogo com outros teóricos dessa mesma vertente construtivista e crítica. Straforini (2008, P.3) afirma que: “Ensinar Geografia... significa a possibilidade de construirmos um outro mundo, uma outra possibilidade para a existência que não seja centrada na mercadoria e no dinheiro”. De maneira complementar, Maia afirma que:

Com o objetivo de analisar processos de aprendizagem associados, tem-se de um lado, um conjunto de atividades realizadas em diferentes condições e, de outro, uma intervenção em sala de aula. A investigação tem por objetivo central compreender como os alunos *constroem* conhecimento sobre o lugar onde vivem. (MAIA, 2005, P. 1)

Acima constamos a direção construtivista dos autores, e adiante a escolha comum pela geografia crítica. Maia (2005) aciona a concepção da geografia crítica para tratar o conceito de espaço, ele faz essa leitura de contestação do pensamento da classe dominante, reivindicando a democratização do estudo do espaço para além do estado, indústrias e latifundiários, é necessário a participação de trabalhadores e excluídos. A concepção de espaço humano ou social acompanham o pensamento de Lacoste (1976), Milton Santos (1978), Henri Lefévre (1976), Porto Gonçalves (1978) e David Harvey (1989). A ruptura da geografia tradicional encontra estofos no materialismo histórico e na dialética. Apesar da especificidade de cada autor para detalhar a sua concepção do espaço geográfico é a centralidade do espaço como objeto vital que sustenta a sua relevância para o estudo da geografia na visão de Eduardo José Maia.

Os modos de produção tornam-se concretos numa base territorial historicamente determinada, pelos modos de produção e pelas forças produtivas. As formas espaciais constituem dessa forma sujeito e objeto na produção do espaço geográfico. (MAIA, 2005, P. 6)

Se Maia (2005), trabalha de forma mais sucinta a questão do materialismo histórico e dialética, o mesmo não se pode dizer de Straforini (2008), ele faz um investimento volumoso do “casamento sem festa”, termo que utiliza para descrever o

pouco sucesso da geografia crítica somada ao construtivismo. No entanto, ele não se dar por convencido e acredita que a junção desse pressuposto teórico metodológico precisa ser mais experimentado, em oposição a esses pressupostos citados, ele cita a concepção positivista e a geografia tradicional. Para justificar o insucesso cita a falta de domínio dos pressupostos teóricos metodológicos dos professores primários, que quando tinham o domínio dos pressupostos da educação não tinham o da geografia e o contrário também se dava. Rafael Straforini cita quase 30 autores em 10 páginas para adensamento dessa proposição epistemológica. Dentre tantos autores gostaríamos de destacar quatro deles: Gebran (1996) que associa a conquista da transformação da sociedade a sua compreensão na totalidade, numa relação dialética do seu processo contraditório na qual permite a educação usar desse processo para construção do conhecimento emancipatório.

Castrogiovanni (1998) indica a superação das desigualdades como alvo da geografia crítica, já nas séries iniciais deve ser apontado essas diferenças, para que no decorrer dos estudos possa acontecer o reconhecimento dos embates sociais analisados no devir do espaço e no tempo.

Pontuschka (1999) reflete sobre a trajetória da pesquisa do ensino de geografia, ela afirma que os avanços se dão pela incorporação de novas tecnologias, principalmente das imagens detalhadas de cima para baixo obtidas de diferentes formas que vão da captação manual através do sobrevoo até as imagens de satélites melhoradas pela tecnologia computacional.

Zabala (2001) expressa que a concepção social de ensino está relacionada a suas intenções educativas, por isso Straforini conclui que é inviável aplicar uma geografia crítica aliada a um formato de educação tradicional.

Na parte prática os sujeitos na pesquisa de Maia (2005) são da quinta série, já na de Straforini (2008) são da primeira e segunda série, também do fundamental. Ambos seguem a corrente vigotskiana que se difere da piagetiana, que adota a supervalorização do indivíduo em detrimento do social. Os dois pesquisadores observam os alunos através do desenho e ambos recorrem ao caminho já trilhado por Almeida e Passini (1991). Através do desenho extraem nuances diferentes. A zona de desenvolvimento proximal-ZDP*, é fator de destaque nos dois trabalhos, Straforini(2005) a conceitua como:

A zona de desenvolvimento proximal refere-se à capacidade que a criança apresenta para desenvolver determinada atividade, resolver determinado problema com a ajuda de um adulto ou uma criança mais experiente. A ideia de desenvolvimento proximal hipervaloriza a interação social no desenvolvimento psicológico humano. (STRAFORINI, 2005, P.114)

Maia (2005) utiliza o próprio Vygotsky para falar da ZDP⁶:

Ela é a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes (VYGOSTSKY, 2000, apud. MAIA, 2005, P. 14)

6 Em traduções mais recentes há uma mudança de Zona de desenvolvimento proximal, para zona de desenvolvimento potencial: Essa hipótese pressupõe necessariamente que o processo de desenvolvimento não coincide com o da aprendizagem, o processo de desenvolvimento segue o da aprendizagem, que cria a área de desenvolvimento potencial. (VIGOTSKII, LURIA, LEONTIEV, 2010)

As semelhanças e complementariedades de Maia (2005) em relação a Straforini (2008), não são ao acaso, Maia recorreu a Straforini (2002), para desenvolver a ideia de ensino e aprendizagem, ele considerou como os aspectos mais significativos do trabalho do colega, os conhecimentos prévios adquiridos fora da escola, a intervenção docente como potencializador da aprendizagem na criança e o domínio dos conceitos e categorias por parte dos professores. Por tanto a parte prática acabam se complementando, enquanto um visualiza o desenvolvimento interno no processo de descolamento do eu com o mundo, o outro foca na interferência externa para visualizar o processo de assimilação na aprendizagem.

Os autores reproduziram nas suas respectivas dissertações diversas ilustrações realizadas pelos os alunos com o intuito de verificar teorias e métodos, utilizarei apenas as imagens que conversam diretamente com que foi visto aqui até o momento.

Começaremos por Straforini, nessa pesquisa-ação² ele elaborou sete atividades conjuntas para que os docentes fizessem com os alunos, nessas atividades é traçado um paralelo entre o crescimento da criança e a evolução do local que ela mora, o trabalho se inicia com as crianças respondendo um questionário e montando sua certidão de nascimento, mostrando a sua evolução no mundo, o pesquisar mostra como o seu bairro também evoluiu, que antes dele nascer já existia aquela localidade e como o aluno também foi crescendo e se modificando. É importante registrar que essa atividade serviu como avaliação, a partir da produção e participação dos alunos na feitura das seis etapas da atividade. O autor comunga com Libanêo (1994) que a verificação, qualificação e apreciação qualitativa fazem parte do processo avaliativo, sendo uma potente ferramenta de diagnóstico:

A avaliação é uma tarefa didática necessária e permanente do trabalho docente, que deve acompanhar passo a passo o processo de ensino e aprendizagem. Através dela, os resultados que vão sendo obtidos no decorrer do trabalho conjunto do professor e dos alunos são comparados com os objetivos propostos, a fim de constatar progressos, dificuldades, e reorientar o trabalho para as correções necessárias. (LIBANÊO, 1994.P. 195)

Para Straforini (2008) essa foi uma avaliação que serviu duplamente, para o projeto e para o aluno, pois pode verificar o desenvolvimento conceitual do espaço pelo aluno e a compreensão do aluno a medida do que foi bem-sucedido no processo de aprendizagem.

Observaremos a seguir algumas atividades propostas com a finalidade de verificar o desenvolvimento conceitual do espaço pelo aluno.

A primeira atividade além de introduzir e preparar o tema, serviu para captação de informações espaço temporais a respeito da vida dos alunos.

Figura 6 – Primeira atividade: Minha certidão de nascimento

FICHA - CERTIDÃO DE NASCIMENTO

Meu nome completo é: _____

Eu nasci no dia: _____

do mês: _____

do ano de: _____ às: _____ horas.

Nasci na cidade de: _____

Estado de: _____

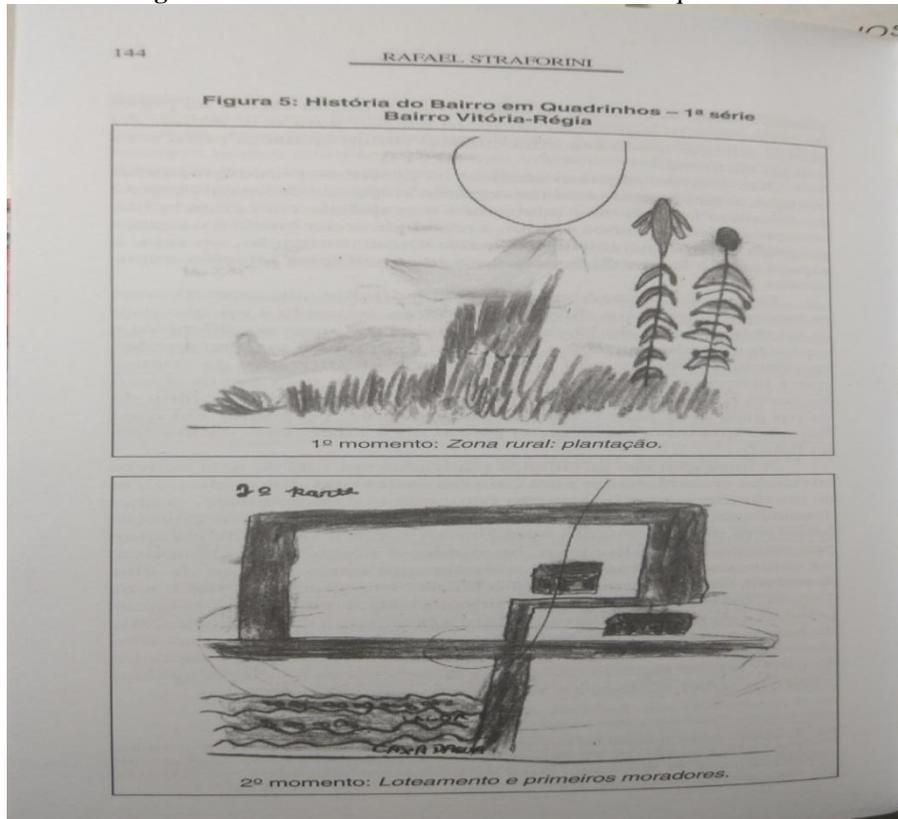
Meu pai é: _____

Minha mãe é: _____

Fonte: Ensinar Geografia, Rafael Straforini (2008)

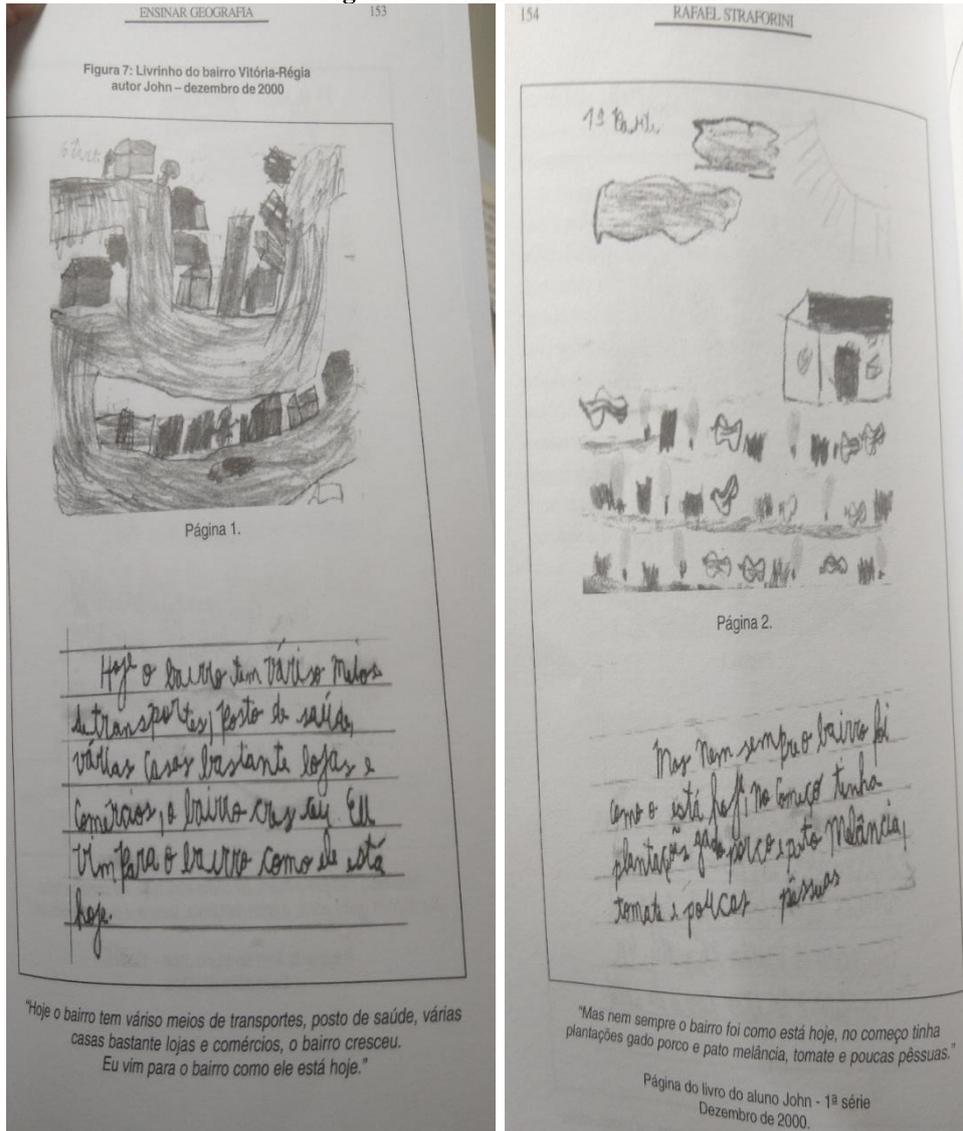
A sexta e a sétima atividade consistia em desenhar a história do bairro e construir um quadrinho a partir desses desenhos.

Figura 7 – Sexta atividade: História do bairro em quadrinhos



Fonte: Ensinar Geografia, Rafael Straforini (2008).

Figura 8 – Sétima atividade: Livrinho do bairro



Fonte: Ensinar Geografia, Rafael Straforini (2008).

Essa atividade foi escolhida dentre outras pela forma como é desenvolvida, a evolução do trabalho que vai se desenvolvendo por etapas e misturando-se a condição intelectual do aluno que vai percebendo o exterior gradativamente. Começou com a certidão de nascimento. A segunda atividade tinha que saber qual a cidade em que nasceu. Na terceira, a cidade que seus pais nasceram. Na quarta, tinha que entrevistar um morador antigo do seu bairro. A quinta etapa se deu pelo ensino do meio na qual os alunos visitaram alguns lugares de destaque do bairro, que serviu para construção da sexta atividade, contar através de quadrinhos a história do bairro. Por fim, na sétima atividade o acréscimo dos seus relatos sobre a história de forma escrita. A atividade além de rica mostra a possibilidade prática da construção didática e conecta o construtivismo ao materialismo histórico de forma empírica pelos alunos e professores, tanto no fazer como na aplicação desse planejamento de sete atividades sequenciais.

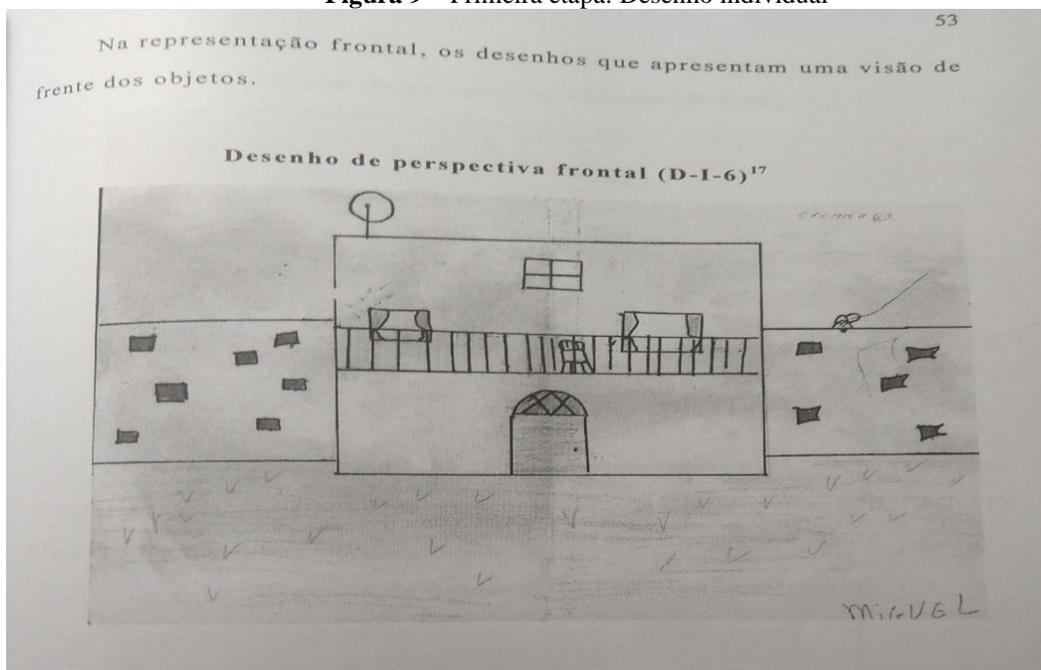
A segunda atividade prática estudada, foi realizada por Maia (2005), começa com um questionário com um intuito de caracterizar sócio- economicamente o perfil dos estudantes participantes da pesquisa, diferentemente de Straforini, que preferiu abrir mão desse tipo de questionário na sua pesquisa, com a justificativa que o perfil dos envolvidos

pouco iria revelar, só iria reafirmar a realidade onde as duas escolas da pesquisa estavam, as duas escolas eram da periferia da cidade de Sorocaba.

O trabalho de Maia é dividido em três etapas com os alunos. A primeira com desenhos dos seus bairros, feitos individualmente, em dupla e em grupo, sem intervenção docente. Na segunda, a construção de uma maquete com a intervenção docente, direcionada e organizada e na terceira etapa, um novo desenho feito em grupo, do bairro, para comparar com os desenhos anteriores, após a intervenção docente.

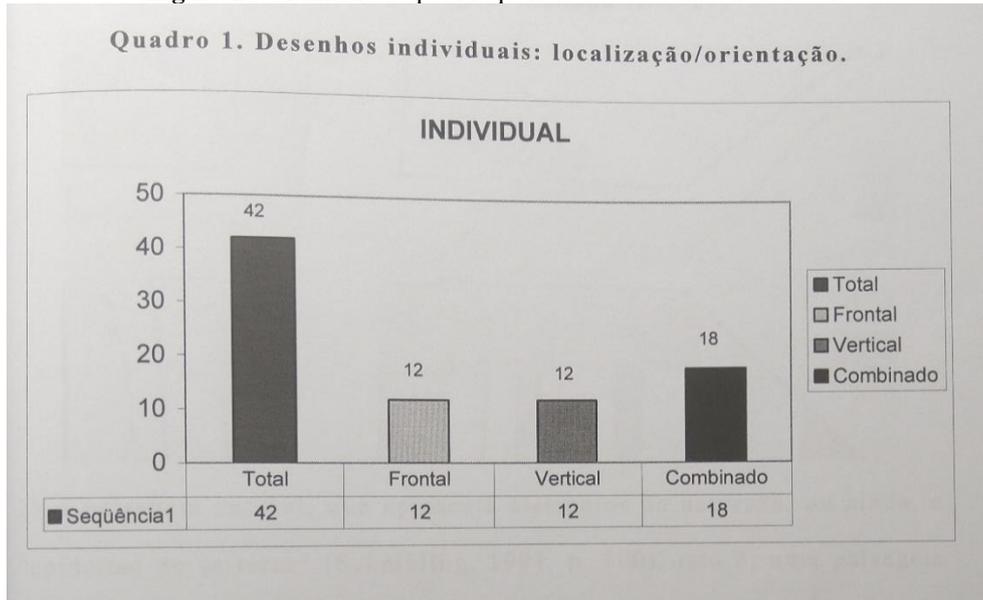
Maia utiliza o conceito de lugar como fundamental para referenciar a atividade, para ele lugar é “o espaço em que o indivíduo vive, se relaciona e tem suas experiências cotidianas” (MAIA, 2005, P. 35), ele recorre a Tuan(1983) para delimitar o lugar como menor porção do espaço geográfico e a Santos(2000) para atribuir o que é sentido, o vivenciado como reconhecido e valorizado. Outro conceito relevante utilizado é o de paisagem, estabelecerá paisagem como tudo aquilo for percebido no campo do visível para o autor o mais importante será a delimitação da paisagem³ como natural, humana ou as duas dimensões.

Figura 9 – Primeira etapa: Desenho individual



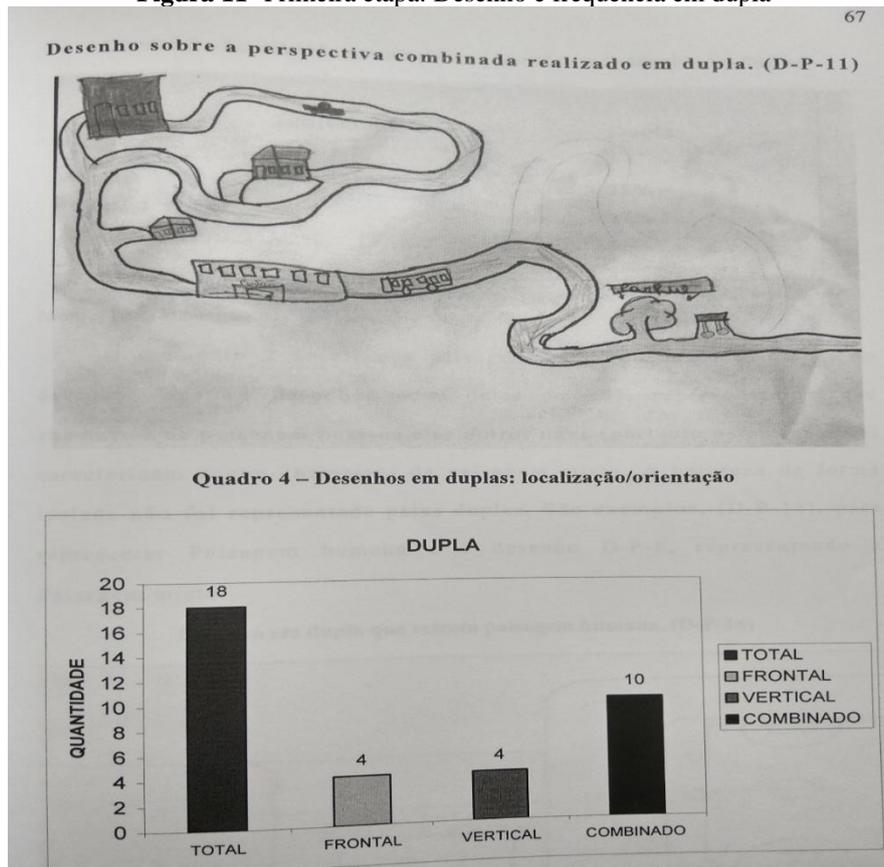
Fonte: A construção do conhecimento geográfico em sala de aula, Eduardo José Maia, (2008)

Figura 10 – Primeira etapa: Frequência dos desenhos individuais.



Fonte: A construção do conhecimento geográfico em sala de aula, Eduardo José Maia, (2008)

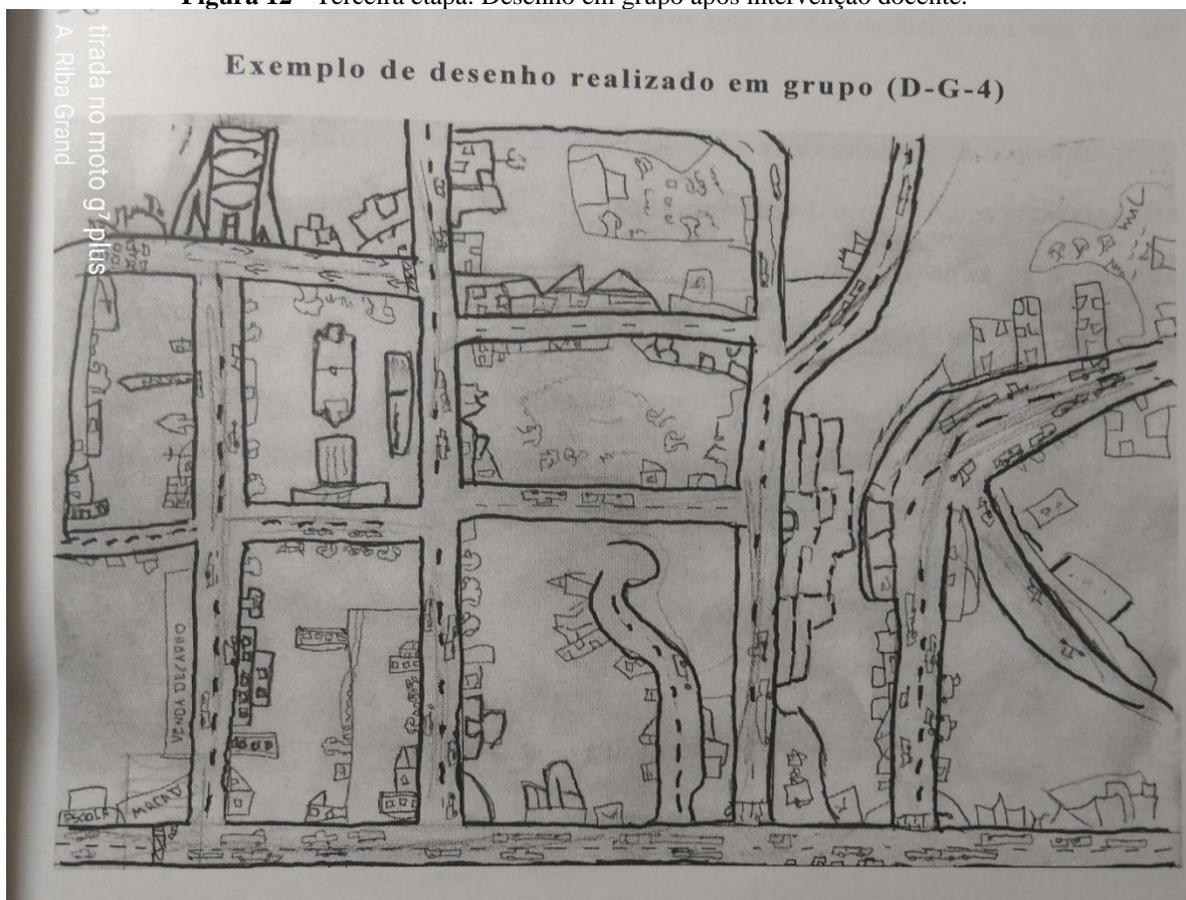
Figura 11- Primeira etapa: Desenho e frequência em dupla



Fonte: A construção do conhecimento geográfico em sala de aula, Eduardo José Maia, (2008)

Ao comparar as atividades feitas individualmente com as feitas em dupla, pode ser observado o aumento significativo das perspectivas combinadas, que fica ainda maior quando realizado em grupo.

Figura 12 - Terceira etapa: Desenho em grupo após intervenção docente.

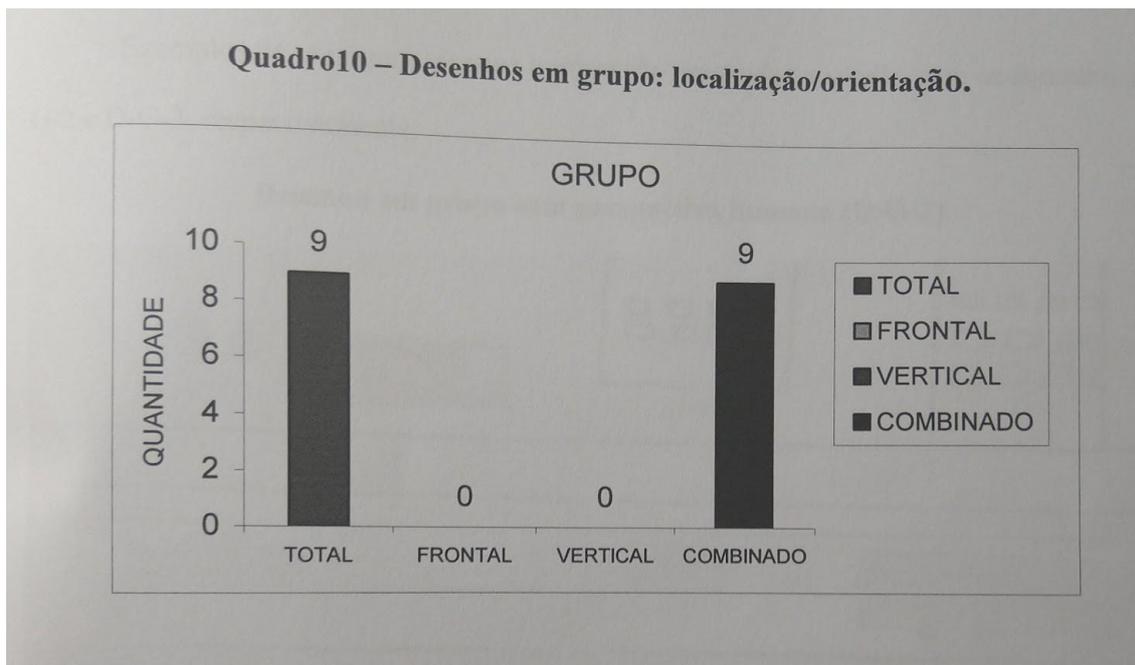


Fonte: A construção do conhecimento geográfico em sala de aula, Eduardo José Maia, (2008)

Na terceira etapa, após intervenção docente, que consiste na explicação dos conceitos geográficos, utilização dos signos cartográficos, como orientação, localização, símbolos, legendas, podemos perceber que o desenho ficou mais complexo, o que se deve a intervenção agregada a experiência das crianças por já terem feitas as atividades anteriores e principalmente por ter sido feito em grupo.

As considerações finais da atividade proposta por Maia revela que sua pesquisa teve êxito em demonstrar que as atividades em grupo enriquecem os trabalhos aumentando a quantidade de elementos e detalhes a serem representados e inclusos nos desenhos, em contrapartida ele observou a homogeneização dos desenhos realizados nas atividades em dupla e em grupo, Maia ressalta a zona de desenvolvimento proximal para o amadurecimento de funções não consolidadas no indivíduo e a sua importância na dinâmica de aprendizagem. Abaixo a figura 13, em consonância com a expectativa de Maia.

Figura 13 – Terceira etapa: Frequência das atividades em grupo.



Fonte: A construção do conhecimento geográfico em sala de aula, Eduardo José Maia, (2008)

A transmutação da percepção pessoal do indivíduo em algo físico como desenho envolve uma gama de pensamentos complexos, aliado a uma transmutação coletiva, a riqueza e complexidade se tornam ainda maior, o que favorece uma experiência que vai além da informação, ela é carregada de sentido, se aproximando do que Larrosa (2002) acredita sobre êxito na educação. Larrosa crítica o excesso de informações que nos chega diariamente inclusive na escola, mas questiona o que de fato é experiência, para ele a experiência está cada dia mais rara, e só há experiência quando somos tocados, atravessados, só há experiência quando nos transforma, o conhecimento é algo sem fim, impessoal, atrelada a mercadoria e ao dinheiro, e a experiência é algo pessoal e interno, “contudo, para que algo possa nos acontecer, nos transformar e nos formar, precisamos experimentá-lo de outra maneira.” (BEZERRA,2015)

Antes de seguir para próxima dualidade é preciso dizer que o domínio teórico de Maia(2005) e Straforini(2008) sobre os temas abordados possibilitou que a partir do bom planejamento as atividades fossem adequadas para o desenvolvimento natural e espontâneo, propiciando uma boa prática educativa.

3.2 - Efetividade e Utopia

Diferente da outra dualidade em que a prática e a teoria por si só se mostram sem uma necessidade complexa de interpretação ou aferimento, efetividade e utopia precisam de uma análise subjetiva do todo, para pensar a partir dessa dualidade, será necessária uma análise com um olhar mais atento e a consulta de outros textos para confirmar se há ou não uma conjunção efetiva e utópica por parte dos autores ou se é apenas a transferência de um desejo de quem elabora a pesquisa.

A partir de questões encontradas no seu cotidiano, nas turmas de quinta série de escolas públicas, Maia (2005) buscou endossar reflexões dos professores, em especial dos professores de geografia, na investigação de como se dava a construção de conhecimento

do lugar onde os alunos vivem. As atividades formuladas, e os objetivos da pesquisa são diretos e tangíveis, foca na questão metodológica e não inclui uma ideia abertamente contestadora do status quo, deduzo que o autor seja favorável a uma educação emancipatória pelos autores que construíram seu trabalho, se Maia (2005) é um pouco mais reservado nas questões sensíveis a uma educação de empoderamento da classe trabalhadora o mesmo não se pode dizer do outro autor a seguir, escolhido para analisar a concepção teórico metodológica.

O movimento utópico de crer nas mudanças estruturais via conscientização do povo é uma ideia freiriana muito valorizada na dissertação elaborada por Straforini, além da importância dada ao conhecimento prévio que o aluno possui, ponto comum da dissertação de Maia. Straforini cita Paulo Freire (1980) para endossar a necessidade de fazer frente a concepção de educação bancária e reforçar a oposição de concepção educacional opressora.

Na concepção bancária da educação, o conhecimento é um dom concedido por aqueles que se consideram como seus possuidores aqueles que eles consideram que nada sabem. Projetar uma ignorância absoluta sobre os outros é características de uma ideologia de opressão. É uma negação da educação e do conhecimento como processo de procura. O professor apresenta-se aos seus alunos como seu contrário necessário: considerando que a ignorância deles é absoluta, justifica sua própria existência(FREIRE, 1980, apud. STRAFORINI,2008 P.61)

Straforini ao longo da sua pesquisa dá a devida importância ao ensino de geografia como uma disciplina viva, atuante e comprometida em discutir os problemas existentes no mundo, para isso utiliza autores que possuem esse mesmo compromisso histórico, cita Vesentini (1999), Gebran (1996) e Pinheiro e Mascarin (1992)

Vesentini (1999) é intransigente ao apontar que a escola não é responsável só pelo desenvolvimento da inteligência, senso crítico, empoderamento criativo e contestador, a escola deve provocar a discussão sobre os problemas da nossa sociedade e despertar um senso de responsabilidade de se comprometer com o entendimento do presente e inconformismo com o futuro que se avizinha. Para Gebran (1996), é fundamental que a geografia não seja rígida e compromissada só em descrever cenas, ela precisa ser dinâmica e buscar o entendimento da realidade em movimento, sendo construída pelo homem.

Pinheiro e Mascarin (1992) aponta a fragmentação do mundo como produto de uma lógica financeira voltada para o acúmulo de capital que aposta numa educação alienante, Straforini complementa o raciocínio:

O papel da educação e, dentro dessa, o do ensino de geografia é trazer à tona as condições necessárias para a evidenciação das contradições da sociedade a partir do espaço, para que no seu entendimento e esclarecimento possa surgir um inconformismo e a partir daí, uma outra possibilidade para condição da existência humana (STRAFORINI, 2008, P. 56)

Com simples leitura de Straforini (2008) ficou evidente a sua posição utópica como podemos ver na citação acima, e Maia(2005) corrobora ao trazer o artigo “A totalidade mundo na primeiras séries do ensino fundamental”, de Straforini (2002) não deixando nenhuma brecha para contestação do seu pensar utópico. No entanto, para confirmar se existe essa premissa utópica em Eduardo José Pereira Maia, a pesquisa não

se furtou apenas a consulta da dissertação criada a pelo pesquisador a 16 anos atrás, a suspeita foi confirmada em dois trabalhos pesquisados, um apresentado em 2007, no Encontro Nacional de Ensino em Geografia: Fala professor. Na qual Maia (2007) demonstra preocupação na formação de professores apontando inconsistências nas políticas públicas que poderiam ser melhoradas, e mais recente em 2019, propõe atividades que visem desconstruir estereótipos e preconceitos racistas que inviabilizam todo um povo que faz parte da construção sociocultural e da paisagem do país.

Esse capítulo se tornou particularmente gostoso de ser feito, pois ficou o aprendizado de duas formas distintas de organizar ideias comprometidas com a emancipação popular e o ensino de geografia, de forma direta e colocando a sua voz como Straforini(2008) ou de forma indireta, no detalhe da escolha dos autores e temas escolhidos para compor a obra produzida como Maia em (2005), os dois trabalhos analisados mostraram a capacidade de produzir um efeito real, e precisaram ser analisados globalmente e questionados para saber a quem serve e para que serve, e ambos atenderam o desejo do pesquisador, que é participar da construção da consciência popular, acreditando no despertar da própria situação individual e coletiva para recalculer sua posição no país e no mundo, e assim, agir neles.

3.3 - Pragmatismo e Amor

Os dois autores demonstram pragmatismo científico na hora de validar suas pesquisas, mediram, observaram, compararam, testaram e relataram. A escolha dos seus objetos de pesquisa demonstra não só o comprometimento com a sua atividade profissional, mas também com o lado afetivo da escolha e prática do exercício da profissão.

Em outras palavras, embora as questões de ensino permanecessem em aberto, a pergunta central agora passou a ser como os alunos aprendem? ... a intuição dizia que os resultados significativos de um processo de ensino só apareceriam na medida em que os alunos participassem efetivamente no processo de construção (MAIA,2005, P.2)

Segundo o dicionário Michaelis (2021) amor significa “um sentimento que leva uma pessoa a desejar o que lhe parece belo, digno ou grandioso, uma afeição significativa que une pessoas, ou objetos, constantemente acompanhada pela amizade e por afetos positivos, como zelo, afeto e devoção”⁷. Intuir sobre algo demonstra ao menos interesse sobre determinado tema, mas ao qualificar o resultado e o desejo de terceiros na participação, efetiva e conjunta, demonstra zelo e afeto. Por mais pragmático que possa ser a pesquisa de Maia(2005), ela deixa pedacinhos de dignidade e afeição pelo próximo, como podemos admirar na página 48, da sua dissertação de mestrado, ao aplicar um questionário socioeconômico reduzido para apenas duas perguntas com o intuito de evitar qualquer tipo de constrangimento as crianças participantes da pesquisa, Maia(2005) nessa pesquisa, encarna todos predicados que exigiria um manual técnico de pesquisador, sua sobriedade o faz ficar de lado, deixando sua trajetória pessoal nas sombras e colocando em relevo apenas o objeto de pesquisa.

Embora as apresentações das dissertações tenham sido feitas com um intervalo de apenas três anos, existem muitas diferenças, se por um lado há uma preservação do autor em relação à pesquisa em uma, na outra o pesquisador se mostra, opina, deixa claro suas preferências, se utilizando muitas vezes do contraste entre correntes diferentes, sem

7 <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/amor/>

abdicar de dizer qual a sua preferida, o trabalho de Rafael Straforini consegue o feito de mostrar o autor para o leitor sem perder a rigorosidade acadêmica que esse tipo de trabalho carece:

A busca a essa fundamentação levou-nos, de imediato, ao conflito das teorias piagetianas e vigotskianas. Não é nosso objetivo desenvolver profunda discussão sobre as divergências entre esses dois teóricos, todavia, precisamos elucidar o que nos fez optar por uma em detrimento da outra. (STRAFORINI, 2008, P. 104)

É através do arcabouço teórico metodológico, que essa pesquisa se mantém relevante e se faz necessária a todos os que desejam amar e mudar as coisas, não só no ensino fundamental, como na sociedade como um todo.

No primeiro capítulo do trabalho- “O método: desvelando o tema” – apresentamos a nossa visão de mundo. Para nós, é a visão de mundo que permite a coerência entre as ideias, ou ainda, entre aquilo que propomos e o que estamos escrevendo. Nesse sentido o mundo é para nós um todo sistêmico, desigual e combinado. (STRAFORINI, 2008, P.23)

Um dos motivos para que perdem relevância da pesquisa é que além do desenvolvimento abstrato permanente da teoria, existe a denúncia que infelizmente não ficou datada, muito pelo contrário se entranhou ainda mais na sociedade, e hoje se faz mais que necessária o combate e a desconstrução do discurso único, que se vende como se não existisse outra possibilidade para além do capitalismo, abaixo Straforini (2008) descreve como a concepção de pensamento único se coloca:

A ideia do pensamento único, sem a possibilidade de alternativas contrárias ao sistema capitalista tal como se apresenta. O capitalismo é, assim, o estágio mais avançado da história da humanidade e não há possibilidade que não seja nele mesmo. (STRAFORINI, 2008, P. 39)

O pensamento do discurso único vem se reinventando, e sua elasticidade do que representa em relação a sua prática parece está próxima do limite do engodo que permite a aceitação popular. A previsão de morte do estado, virou falácia e o que se vê é a insaciável vontade do mercado em acumular, mesmo que a custo do bem-estar social.

A fim de atender a vontade do capital, o estado, objeto de disputa de concepções progressistas e conservadoras da sociedade, como explica APPLE (1993), vêm adquirindo nas últimas décadas, com mais intensidade a partir do Consenso de Washington em 1989 como aponta Santos e Linden (2008), a condição de cervo e fiador dos interesses rentistas.

Impondo na educação dos países latino-americanos uma agenda de mudanças alinhadas ao neoliberalismo, que mexem diretamente na função social da educação, que até então, era percebida como um direito, para torna-se mercadoria, a intenção é reduzir a educação a um mero preparatório para o mundo do trabalho para classe trabalhadora, destituindo a capacidade de reflexão da totalidade mundo, vale ressaltar que assim como o estado as diretrizes educacionais são formuladas a partir de acordos e compromissos

O estado, ao contrário de ser enterrado, passou por um check up, por uma reengenharia total. Os médicos e os engenheiros (políticos, grandes

investidores, banqueiros e empresários dos países centrais) trataram de eliminar totalmente os riscos para saúde neoliberal: os benefícios sociais, as conquistas trabalhistas, o funcionalismo público, as empresas estatais, etc. (STRAFORINI,2008, P. 42)

Nos dias de hoje, por conta da crise sanitária, econômica e política, podemos observar além da retirada de direitos, uma grande parcela da população brasileira está vendo o seu direito a vida ser reduzido a condição de sobrevivência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa tinha o intuito de pensar o espaço da sala de aula e como ele é afetado pela gestão escolar, já no título do trabalho fica exposta a questão que se tornou guia dos estudos, há conexões e paralelos entre o espaço e a sala de aula, gestão e geografia?

As investigações indicam que sim, todos os textos verificados reuniram informações na qual podemos concluir que há essas conexões e paralelismos entre Geografia e Gestão, Espaço e Sala de Aula. Para buscar essa resposta o presente trabalho se debruçou sobre os temas que se tornaram três capítulos, na qual a partir deles nos embasamos para responder as seguintes questões: 1) Quais são as lógicas que disputam a gestão escolar da escola pública? 2) Na sala de aula como espaço educativo e de poder, qual a relação do espaço, sua organização e o ensino e aprendizagem? E por último. 3) Existe uma correlação relevante para o ensino de geografia na comparação entre as dissertações: Ensinar geografia: o desafio da totalidade-mundo nas séries iniciais e; A construção do conhecimento geográfico em sala de aula?

Primeiro, muitos são os interessados pela gestão da escola, esse trabalho preferiu classificar em dois blocos, apenas revisando inúmeros estudos sobre o tema, sem a mínima pretensão de excluir outras possibilidades de generalização, o recorte utilizado para os atores interessados ficou sendo, como dos que acreditam na lógica da educação como direito, potencializada por construção coletiva que respeita os saberes locais de forma horizontal, que busca a emancipação dos seus envolvidos oriundos das classes trabalhadoras, e a outra lógica identificada é a que pensa a educação a partir do viés rentista, que preza pelo controle e estagnação das classes populares, é a educação com o seu fim visto de forma mercantil como prioridade.

Segundo, nessa questão fica bem presente a existência de mais paralelos que conexões, existem muitas reflexões acerca de como o espaço escolar pode ser organizado democraticamente, potencializando as relações de ensino e aprendizagem, superando as relações de poder que dificultam a coesão coletiva e emancipadora, superando as organizações espaciais que impedem que alunos participem de forma igualitária em todos os micro lugares do universo que é uma sala de aula, como pode ser observado na pesquisa já existem estudos e relatos que mostram caminhos a serem percorridos, mas que no momento eles seguem em paralelo a uma ação prática.

Por fim, o terceiro questionamento encontra não só relevância nas dissertações, de Rafael Straforini e Eduardo José Pereira Maia, como formas distintas de comunicar a ciência, além da contribuição didática, pedagógica e teórica, existe a defesa do que deve ser universal, da escola pública que deve atender a todos, da alfabetização espacial, de compreender e perceber a sua existência dentro de um lugar e no mundo, o reforço de ideias construtivistas, materialistas e coletivas de encontrar soluções para uma aprendizagem complexa.

Incentivado pela forma de se posicionar no mundo de Straforini, esse trabalho começou de forma pessoal e pretende terminar do mesmo jeito, com a esperança de que os de baixo se organizem o quanto antes e possam contar com as ferramentas necessárias para emancipação popular, desenvolvidas a partir do senso comum e aperfeiçoadas pelo pragmatismo do conhecimento científico. Pragmatismo dos subjugados que em algum momento se rebelarão.

Criar estratégias de atuação dentro da sala de aula hoje, engloba além dos processos de aprendizagem, e da resistência a visão mercantil da educação, falar o porquê da escolha teórica e prática, com efetividade e utopia, pragmatismo e amor. E a melhor forma de engendrar essas estratégias no momento foi completando as lacunas indagadas no começo do texto. A escola pode se organizar ou ser organizada (SILVA

JUNIOR,2013), cabe a nós educadores, pesquisadores e interessados em mudar as coisas, promover essa organização sendo parte dela, na escola e fora dela.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A Lógica Empresarial na Educação à serviço do retrocesso. [S. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (2 horas e 4 min). Publicado pelo canal UERN vai a escola. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=XEzbNaRr0oE> >. Acesso em: 29 Abr. 2021.

ALMEIDA, Rosângela Doin de. Do desenho ao mapa: iniciação cartográfica na escola. São Paulo: Contexto, 5º edição, 2019.

_____. Cartografia escolar: São Paulo: Contexto, 2º edição, 2010

ALMEIDA, Rosângela Doin de, e PASSINI, Elza Y. (2000) O espaço geográfico- Ensino e representação. São Paulo: Contexto, 8º edição, 2010.

AMARAL, A. L. Gestão da sala de aula: o “manejo de classe” com nova roupagem? In: Oliveira, M. A. M. Gestão Educacional: Novos Olhares, Novas Abordagens. Petrópolis-RJ. Vozes, 2010.

AMORIM, Silvia, SCHIMITT, G., LEÃO, A.L. Aluno esfaqueia professor de geografia na zona leste de São Paulo. O Globo. São Paulo, 19 de setembro. de 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/aluno-esfaqueia-professor-de-geografia-na-zona-leste-de-sao-paulo-23958795?versao=amp>. Acesso em 20 de novembro. de 2019.

ARRIADA, E., NOGUEIRA, G. M., VAHL, M.M. A. A sala de aula no século XIX: disciplina, controle, organização. Conjectura, Caxias do Sul, v. 17, n. 2, p. 37-54, maio/ago. 2012.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base. – Brasília, DF: Inep, 2015.

BRASIL, Programa Escola Cívico-Militar. MEC, 2019. Disponível em: <http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/>. Acesso em: 20 de novembro de 2019.

BENFICA, ELIANE, Soares; MAIA, Eduardo José Pereira. Cursinho popular como forma de articulação de comunidades rurais. In: XVI Encontro Nacional de Geógrafos, 2010, Porto Alegre. Crises, Práxis e Autonomia: Espaços de Resistência e de Esperança.. São Paulo: AGB, 2010.

BEZERRA, Amélia Cristina, LOPES, J.J.M., FORTUNA, D. Formação de professores de Geografia; Diversidade, prática e experiência. Editora UFF. Niterói, 2015.

BONDÍA, J.L. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. Revista Brasileira de Educação. Jan./fev./mar./abr. 2002, n.19.

CANARIO, R. O professor entre a reforma e a inovação. In: BICUDO, Maria Aparecida Viggiani; SILVA JUNIOR, Celestino Alves da. (Org.). Formação do educador: organização da escola e do trabalho pedagógico. São Paulo: Editora Unesp, 1999. (Seminários e Debates, v. 3).

CARLOS, A. F. A. Novos caminhos da geografia. 5º edição. São Paulo: Contexto, 2010.
CAVALCANTI, Lana S. A geografia escola e construção de conhecimentos. Campinas, SP: Papyrus, 2003

CAVALCANTI, L.S. Geografia, escola e construção de conhecimento. Campinas: Papirus, 1998.

CAVALCANTI, L. S. O Ensino de geografia na escola. Campinas, SP: Papirus, 2013

CONTRERAS, Luís Ruiz. *Novelas infantis*: biblioteca das escolas. Rio de Janeiro: Garnier, 1895.

CORRÊA, Maria, PIMENTA, Solange. Teorias da Administração e seu desdobramentos no âmbito escolar. In: Oliveira, M. A. M. Gestão Educacional: Novos Olhares, Novas Abordagens. Petrópolis-RJ. Vozes, 2010.

DAMIANI, Amélia L. O lugar, o mundo e o cotidiano. ANPEGE, 1994.

DAVIDIS, Henriette; TRAINER, Theodore. *Kleines Kochbuch* [Pequeno manual de cozinha]. Leipzig: Berlag von Belhagen, 1887.

DEWEY, J. (Trad. TEXEIRA, Anísio) Vida e educação. São Paulo: Cia. Editora Nacional. 1959

DISTRITO FEDERAL, A lei 4.751, de 7, de setembro de 2012, disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/70523/Lei_4751.html

Dicionário virtual Michaelis, Acesso em: 15 de abril de 2021. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/amor/>

DYE, Thomas D. Understanding Public Policy. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall. 1984.

FERREIRA, P. Educação 360: Diretores de escolas públicas defendem inclusão e gestão democrática. O Globo. Rio de Janeiro. 17 de setembro. de 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/educacao-360/educacao-360-diretores-de-escolas-publicas-defendem-inclusao-gestao-democratica-23953933>. Acesso em: 20 de novembro de 2019.

FREITAS, Luiz Carlos. OS empresários e a Política educacional. In. II Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária. São Paulo. MST. 2014

HENRIQUE, Alfredo. Professor esfaqueado por aluno deve deixar sala de aula diz amiga. Agora São Paulo. São Paulo, 24 de setembro. de 2019. Disponível em: <https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2019/09/professor-esfaqueado-por-aluno-deve-deixar-sala-de-aula-diz-amiga.shtml>. Acesso em 20 de novembro. de 2019.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. Cadernos Cedes, ano XXI, n° 55, p. 30-41, novembro/2001.

HOLZER, Werther. GEOgrafia -Ano V - No 10 – 2003.

LASWELL, H.D. Politics: Who Gets What, When, How. Cleveland, Meridian. Books. 1936/1958.

LIBÂNEO, J. C. Alguns aspectos da política educacional do governo Lula e sua repercussão no funcionamento das escolas. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.32, p. 168-178, dez.2008.

_____. Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática. 6.ed. São Paulo. Heccus Editora, 2018.

_____. Didática. São Paulo: Cortez, 1994.

LYNN, L. E. Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis. Santa Monica, Calif.: Goodyear. 1980

LÖWY, M. As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo: Cortez, 2000.

LUCHESE, T. Â. e SOARES, E. M. S. A sala de aula no presente-passado: dois olhares, uma reflexão. Revista Intersaberes, vol.10, n.21, p.493- 508, set.- dez. 2015.

MAIA, Eduardo José Pereira. COMBATE AO RACISMO COMEÇA NA ESCOLA. CIÊNCIA HOJE, v. I, p. 12, 2019.

MAIA, Eduardo José Pereira. A construção do conhecimento geográfico em sala de aula. Tese de Mestrado. Niterói. Faculdade de Educação, UFF. 2005.

MAIA, Eduardo José Pereira. Políticas públicas e formação do professor de Geografia. In: VI ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE GEOGRAFIA, 2007, Uberlândia. Concepções e fazeres da Geografia na Educação Diversidade em Perspectiva. Uberlândia, 2007. v. único.

MATTOS, L. A. Sumário de didática geral. Rio de Janeiro. Aurora. 1973.

MELLO, Guiomar Namó. Políticas Públicas de Educação. Estudos Avançados, 2001.

MENEZES, Sócrates de Oliveira. De “supérfluos” a sujeitos históricos na contramão do capital: A geografia do (des)trabalho. Dissertação de Mestrado: UFSE. São Cristóvão-SE. 2007.

MORI, L., O que o governo ainda precisa explicar sobre as escolas cívico-militares. UOL Educação. São Paulo. 11 de outubro. de 2019. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/bbc/2019/10/11/o-que-o-governo-ainda-precisa-explicar-sobre-as-escolas-civico-militares.htm>. Acesso em: 20 de novembro de 2019.

PIAGET, J. HELLER, J. La autonomia em la escuela. Buenos Aires: Lousada. 1958.

PETERS, B. G. American Public Policy. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. A geografia está em crise. Viva a Geografia! 3º Encontro nacional de Geógrafos. Fortaleza, 1978.

RIBEIRO, Emerson. Instalações geográficas – Pensando a avaliação construtiva para se trabalhar a geografia na sala de aula. Revista do Departamento de Geografia – USP, Volume 28, p. 65-81. 2014.

RODRIGUES, Kelly. O conceito de lugar: A aproximação da geografia com o indivíduo. XI-ENANPEGE. P. 5036-5047. 2015

ROCHA, Genylton O. R. O ensino de geografia no Brasil: As prescrições oficiais em tempos neoliberais. Revista Contrapontos - Eletrônica, Vol. 10 - n. 1 - p. 14-28 / jan-abr 2010.

SANTOS, Miriam O.; LINDEN, Ricardo . Gerenciando a Educação: A Aplicação do Modelo de Administração Gerencial no Sistema Educacional. Educere et Educare (versão eletrônica), v. 3, p. 215-231, 2008.

SAVIANI, Demerval. Teorias pedagógicas contra – hegemônicas no Brasil Revista do Centro de Educação e Letras Revista da UNIOESTE, v. 10 - nº 2 - p. 11-28 2º sem. 2008.

SILVA JUNIOR, Celestino Alves da: O dogma da gestão e o estigma do magistério - volume 2 - D27 - Unesp/UNIVESP - 1ª edição 2013 graduação em Pedagogia. <http://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/65497>

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, porto alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45, 2006.

UCHÔA, Victor. Moa do Katendê: Os minutos que antecederam o assassinato de mestre de capoeira esfaqueado após discussão política. BBC Brasil. Salvador, 10 de outubro. de 2019. Disponível em:

<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45806355>. Acesso em 20 de novembro de 2019.

VARGAS, M.B., Governo quer 54 escolas cívico-militares por ano até 2023; Bolsonaro defende ‘impor’ modelo. O Estado de São Paulo. São Paulo, 05 de setembro. de 2019. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,governo-quer-54-escolas-civico-militares-por-ano-ate-2023-bolsonaro-defende-impor-modelo,70002997979>. Acesso em 20 de novembro de 2019.

VIGOTSKII, L.S., LURIA, A. R., LEONTIEV, A. N. Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem/tradução de: Maria da Pena Villa lobos. -11ª edição - São Paulo: ícone, 2010.

WALSH, Catherine. Interculturalidad y colonialidad del poder – um pensamento y posicionamiento “outro” desde la diferencia colonial. In. GÓMEZ, Santiago Castro, GROSGOUEL, Ramón(orgs.) EL giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistêmica más ala del capitalismo global. Bogotá: Siglo del hombre Editores ; Universidad central, Instituto de estudios sociales contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2009. P. 47-62.

ZABALA, Antoni. Enfoque Globalizador e Pensamento Complexo. Uma proposta para o Currículo Escolar. Porto Alegre: Artmed, 2002(p.43-88).